

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**HÁ VIDA NA CASA DOS MORTOS? O CÁRCERE SOB A ÓTICA DE OSCAR
WILDE, FIÓDOR DOSTOIÉVSKI E GRACILIANO RAMOS**

GUILHERME SOARES PINTO

Rio de Janeiro

2017.2

GUILHERME SOARES PINTO

HÁ VIDA NA CASA DOS MORTOS? O CÁRCERE SOB A ÓTICA DE OSCAR
WILDE, DOSTOIÉVSKI E GRACILIANO RAMOS

Monografia de final de curso,
elaborada no âmbito da graduação em
Direito da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como pré-requisito
para obtenção do grau de bacharel em
Direito, sob a orientação da Professora
Dra. Fernanda Prates.

RIO DE JANEIRO

2017.2

Guilherme Soares Pinto

HÁ VIDA NA CASA DOS MORTOS? O CÁRCERE SOB A ÓTICA DE OSCAR
WILDE, DOSTOIÉVSKI E GRACILIANO RAMOS

Monografia de final de curso,
elaborada no âmbito da graduação em
Direito da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como pré-requisito
para obtenção do grau de bacharel em
Direito, sob a orientação da Professora
Dra. Fernanda Prates.

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2017.2

*Essas grades a lua amável mancham
E escurecem o sol bondoso;
Bem fazem no esconder o seu Inferno*

*Pois nele coisas se praticam
Que nem Filho de Deus ou Filho de Homem
Jamais devia contemplar*

(Oscar Wilde)

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar o cárcere sob uma ótica diversa da que cotidianamente é apresentada à sociedade pelos meios de comunicação e pelos estudiosos do direito. A observação externa de um objeto pode, deveras, criar certas falácias. O cárcere ainda é visto cotidianamente como um instrumento de punição, e não como um instrumento de recuperação do indivíduo preso. Portanto, analisa-lo sob a perspectiva de quem esteve preso e o relatou criticamente pode trazer mudanças positivas ao sistema prisional. Não se pretende aqui apresentar uma solução para toda a problemática que o envolve, mas apresentar pontos de vista dos autores que poderiam, de fato, fazer com que a condenação de um indivíduo resultasse efetivamente em sua recuperação, e não em sua degradação.

Palavras chave: Direito e Literatura. Cárcere. Prisão. Sistema prisional.

ABSTRACT

The present work intends to present the jail under a different perspective from the one that is presented daily to society by the media and legal scholars. The external observation of an object can, indeed, create certain fallacies. The jail is still seen daily as an instrument of punishment, and not as an instrument of recovery of the prisoner. Therefore, analyzing it from the perspective of those who were arrested and reported it critically can bring positive changes to the prison system. It is not intended here to present a solution to all the problems involved in the case, but to present the authors' points of view that could, in fact, cause the conviction of an individual to effectively result in its recovery, not in its degradation.

Key words: Law and Literature. Prison. Prison. Prison system.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8	
i) A representação do Direito nas obras de Literatura		10
ii) A Literatura esclarecendo e refinando a interpretação e aplicação do Direito		12
2. ANÁLISE DAS OBRAS	17	
2.1 AS MEMÓRIAS DO CÁRCERE	17	
2.1.1 A opressão infligida no indivíduo encarcerado durante a Era Vargas		21
2.1.2 A transformação que a cadeia impõe no indivíduo		27
2.1.3 Os julgamentos externos e as falsas acusações		31
2.1.4 O contrabando e a ausência de controle do Estado no cárcere		33
2.1.5 A sonhada liberdade	35	
2.2 RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS		37
2.2.1 O cárcere na Rússia czarista	40	
2.2.2 O resultado da opressão face à psique do indivíduo encarcerado		44
2.2.3 As falsas acusações e os prejulgamentos externos		47
2.2.4 Os crimes cometidos dentro da prisão		51
2.2.5 As barreiras da liberdade	54	
2.3. DE PROFUNDIS	56	
2.3.1 O sistema de privações desmedidas	58	
2.3.2 A manifestação negativa do cárcere na psique do indivíduo encarcerado		60
2.3.3 Do prejulgamento do indivíduo encarcerado		62
2.3.4 A falsa liberdade após o encarceramento		64
3. DAS POSSÍVEIS MELHORIAS E SOLUÇÕES DO SISTEMA CARCERÁRIO SEGUNDO OS AUTORES	67	
3.1 Graciliano Ramos	67	
3.2 Fiódor Dostoiévski	69	
3.3. Oscar Wilde	73	
4. CONCLUSÃO	75	
5. BIBLIOGRAFIA		77

1) INTRODUÇÃO

Depois de anos de estudo do direito como uma disciplina autônoma, constantemente a nossa disciplina vem presenciando a abertura de sua hermenêutica a um influxo das ciências

sociais e humanas. Tal processo tem corroborado com o enriquecimento da compreensão e do estudo dos sistemas legais nos tempos atuais, não se tratando simplesmente de fornecer mecanismos de interpretação do ordenamento jurídico, mas de contribuir positivamente com a orientação e opinião dos intérpretes e aplicadores da disciplina. Neste sentido, a expansão da análise de objetos jurídicos que não têm trazido resultados positivos é de grande valia.

De acordo com Richard Posner, grande pesquisador do ramo do *Law and Literature*, o estudo da interação entre as duas disciplinas não é novo. Na Inglaterra, no início do século XIX, começava-se um movimento que analisava representações do direito em cotejo com as obras de William Shakespeare, de Charles Dickens e de outros grandes escritores.¹ No entanto, conforme observa o autor, até os anos 60 do último século, dispensava-se nas universidades norte-americanas um ensino jurídico combinado às teorias. Segundo ele, os métodos teóricos não ocupavam um lugar importante nas pesquisas jurídicas anglo-americanas durante os anos de 1940 e 1950, o que também acontecia com a análise literária por mais que esta possuísse uma história de mais de dois mil anos. Os estudiosos dessa época ocupavam-se, assim, da análise dos textos definitivos das obras, do estudo dos gêneros literários, do estudo do contexto cultural em que eram inseridas, do contexto histórico e da análise da vida dos escritores, enquanto no direito, o estudo era tanto mais positivo quanto técnico, ou econômico.²

Segundo Posner, as razões substanciais para tal aproximação foram, e ainda são, muitas. Primeiro, é crescente o movimento acadêmico que busca desconstruções de interpretações objetivas tanto do direito quanto da literatura.³ No campo do direito, que é o que nos interessa, passa-se por um momento de constantes críticas à capacidade de interpretação dos agentes da lei, bem como do próprio funcionamento e do objetivo do direito em si. Ademais, são frequentes as expiações narcísicas de atos autoritários dos operadores e aplicadores do direito que estão cada vez mais em voga nos cenários jurídicos dos tempos atuais.

¹ Richard A. Posner, "Law and Literature: A Relation Reargued," 72 Virginia Law Review 1351 (1986), p. 1352.

² Richard A. Posner, *Direito e literatura*, cit., p. 11.

³ Richard A. Posner, "Law and Literature: A Relation Reargued," 72 Virginia Law Review 1351 (1986), p. 1353.

Em segundo lugar, diversas áreas do direito que lidam com a literatura estão ganhando cada vez mais espaço no mundo contemporâneo⁴. Como exemplo, podem-se citar as normas que regem a difamação, a privacidade, o ultraje ao pudor, a propriedade intelectual, o cárcere, os conflitos concernentes à publicação de biografias não autorizadas, e etc.. Isso, de certo modo, caracteriza e demonstra a necessidade e a importância da regulação destes nichos na esfera jurídica.

Por fim, o rápido crescimento das ciências e das tecnologias têm impactado diretamente no direito. Passa-se a enxergá-lo cada vez mais dentro de um mercado caro e capitalizado, destituído de valores humanos. Tal situação, no entanto, tem criado uma contracorrente que luta pela preservação desses valores dentro do ordenamento jurídico⁵, podendo ser a literatura uma de suas grandes e principais fontes.

Neste sentido, o escopo do presente estudo é, tendo em vista a utilização da conjunção entre o direito e a literatura, realizar uma análise do cárcere sob a ótica vertical de três grandes obras literárias, quais sejam, *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos; *Recordações da Casa dos Mortos*, de Fiodor Dostoiévski; e *De Profundis*, de Oscar Wilde. Tais obras possuem grandes semelhanças e diferenças, as quais serão abordadas de modo horizontal.

Importa ressaltar que os três autores se encontravam encarcerados enquanto as registravam. Supõe-se então que, além de grandes obras literárias, por excelência, tratam-se de relatos fidedignos de uma realidade sombria, obscura e deveras desconhecida, que se esconde por detrás das grandes fortalezas de ferro e concreto.

Antes, porém, a título de fundamentação do presente estudo, é mister discutir-se a relação entre o direito e da literatura, objetivando situar o imaginário do leitor defronte à presente discussão, explicitando, por fim, o modo em que o estudo dessa conjunção se torna útil à construção da opinião dos intérpretes e aplicadores da disciplina jurídica.

⁴ Richard A. Posner, "Law and Literature: A Relation Reargued," 72 Virginia Law Review 1351 (1986), p. 1353.

⁵ Richard A. Posner, "Law and Literature: A Relation Reargued," 72 Virginia Law Review 1351 (1986), p. 1353.

Desse modo, com base nos estudos do supracitado autor, o campo de estudo da *Law and Literature* será introdutoriamente analisado, como forma de alicerce à discussão que aqui se intenta, em duas formas, quais sejam i) a representação do direito nas obras de literatura e ii) o uso da literatura para esclarecer e refinar a interpretação e aplicação do direito.

i) A representação do Direito nas obras de Literatura

Segundo Orwell, citado por Posner, uma boa obra literária é aquela que sobrevive a um simples quesito darwiniano: a habilidade de perdurar na sociedade ante à competição do crescente mercado literário.⁶ Para que sobreviva, a literatura precisa lidar com objetos que não sofram constantes mudanças durante a história. A obra deve transcender diferentes períodos e culturas, por sua generalidade e universalidade, angariando diferentes significados à diferentes interlocutores.

No entanto, para o autor, sem se referir às doutrinas e procedimentos específicos, o direito, assim como o amor, as ambições e a própria natureza humana, também é dotado de tal atributo, sendo capaz de sobreviver ao decurso do tempo. Para ele, a lei é uma faceta imutável da existência social dos seres humanos. Os sistemas jurídicos da Inglaterra elisabetana e até os de Péricles, estadista ateniense, são completamente acessíveis ao entendimento moderno, bem como as diferenças entre os procedimentos Austro-Húngaros refletidos no *O Processo* e os procedimentos continentais ou americanos da atualidade.⁷

Neste ponto, interessa dizer que a literatura em geral contém uma quantidade significativa de elementos de direito. Além das obras que aqui serão estudadas, outras como *O Mercador de Veneza*, *Orestia*, *Billy Budd*, *O Estrangeiro*, têm clímax em cenas de julgamentos. Uma das mais conhecidas obras de Franz Kafka, *O Processo*, tem sua trama a girar em torno de um falso procedimento acusatório contra o protagonista Josef K.. William Shakespeare utiliza-se tanto do direito em suas peças que alguns estudiosos especulam que ele

⁶ Richard A. Posner, "Law and Literature: A Relation Reargued," 72 Virginia Law Review 1351 (1986), p. 1356.

⁷ Richard A. Posner, "Law and Literature: A Relation Reargued," 72 Virginia Law Review 1351 (1986), p. 1356.

teve algum tipo de formação jurídica⁸. Até mesmo a *opus magnum* de Lewis Carrol, *Alice no País das Maravilhas*, termina em um julgamento que é, inclusive, uma grande crítica à arbitrariedade no direito. A literatura, pela dimensão da arte, é capaz de abrir um enorme leque no aprendizado da disciplina jurídica.

É evidente, no entanto, que, quanto aos procedimentos específicos do direito, a literatura não é a melhor água a se beber. Para se entender o *pacta sunt servanda* e o *summum jus, summa injuria*, há melhores fontes específicas de estudo do que o *Mercador de Veneza*, de William Shakespeare. Para se entender os aspectos da teoria do crime, o cárcere e o devido processo legal, há diversas fontes doutrinárias que certamente dariam uma excelente compreensão dos referidos temas em comparação às obras que constituem objeto do presente estudo. No entanto, o doutrinador dogmático dificilmente saberia, ou ao menos não iria se sensibilizar, se nunca deu atenção ao *Grande Sertão de Veredas*, de Guimarães Rosa, que mostra que “quase todo mais grave criminoso feroz, sempre é muito bom marido, bom filho, bom pai, e é bom amigo-de-seus-amigos”⁹, o que, de certa forma, serviria para requestionar-se acerca de sua suposta compreensão e entendimento da psique do indivíduo com o qual lida.

Numa cultura onde o direito é visto como disciplina autônoma, as fontes de aprendizado dogmáticas são crescentes e inúmeras. Não obstante, grandes escritores da literatura utilizam o direito em suas obras não como algo a ser tratado técnica ou economicamente, mas como algo inerente à natureza humana. Apresentam, dessa forma, a preponderância do aspecto simbólico da disciplina, tornando-a, certamente, muito mais inclusiva para quem lê. Poucos leitores estão interessados na natureza do processo criminal Austro-Hungariano quando leem Kafka, ou no estudo das cláusulas penais exorbitantes quando leem o *Mercador de Veneza*, do dramaturgo inglês.

A junção do direito e da literatura, dessa forma, tende a abrir o pensamento a um mundo novo, a novas perspectivas, porque é existencial. A interação entre as duas disciplinas, como se verá, é atrativa em si mesma e por si mesma. Enquanto os manuais jurídicos apresentam a pretensa descrição de um direito apartado de sua existência, como se não tivesse vida, as

⁸ Richard A. Posner, "Law and Literature: A Relation Reargued," 72 Virginia Law Review 1351 (1986), p. 1355.

⁹ ROSA, Guimarães. Grande Sertão de Veredas, livro eletrônico, p. 107

obras literárias fazem o contrário. Nestas o direito encontra-se imerso na realidade cultural a qual pertence, ampliando de forma significativa os horizontes de sua análise.

Em suma, a literatura é prazerosa por si só, pelo prazer de se ler. Para Wigmore, citado por Posner, o estudante de direito deveria ler grandes escritores para aprender e compreender a magnitude da natureza humana¹⁰. Inclusive os leigos no campo do direito podem se deleitar com os livros que abarcam relações jurídicas. Há dramas de família, relações de direitos reais, tais como as disputas por posses e propriedades, tramas policiais e o próprio cárcere, que será aqui estudado, dentre inúmeros tópicos e ramos tratados pelo direito que são pela literatura abordados. Todos revelam-se de forma clara nas obras literárias, que apresentam com riqueza de detalhes diferentes soluções e desfechos às suas tramas, fundeados pelos mais diversos ordenamentos jurídicos mundo à fora.

ii) O uso da Literatura para esclarecer e refinar a interpretação e aplicação do Direito

A literatura pode ensinar muito à disciplina jurídica. De fato, faltam grandes narrativas, e a leitura pode, por conta disso, humanizar a opinião dos intérpretes e dos aplicadores do direito. Não se busca aqui, no entanto, a ornamentação do ordenamento jurídico com a incorporação de figuras de estilo e de linguagem próprias da arte literária, que somente dificultariam ainda mais a compreensão da atividade jurisdicional, inflacionando-se, por conseguinte, a criticável “jurisdiquês”. Pretende-se demonstrar que, de fato, o estudo da literatura é capaz de nortear a proficiência das opiniões judiciais bem como a aplicação da disciplina jurídica.

Num célebre conto de J. L. Borges, *O jardim dos caminhos que se bifurcam*, o autor nos fala de uma obra na qual todos os desenlaces acontecem. Cada desenlace é um ponto de partida de outras bifurcações. De vez em quando as veredas desses labirintos se convergem. De certo modo o direito é assim. Um ponto de partida de novos pontos partida. Nos novos pontos de partida já não há resposta para as perguntas pontos dos anteriores.

¹⁰ Richard A. Posner, "Law and Literature: A Relation Reargued," 72 Virginia Law Review 1351 (1986), p. 1352.

Da mesma forma, Machado de Assis nos transporta à mesma questão em *Ideias do Canário*. O animal, enquanto preso em uma gaiola em uma loja de belchior, têm para si a ideia de que é ali que se compreende o seu limitado mundo. Para ele, “O mundo é uma loja de belchior, com uma pequena gaiola de taquara, quadrilonga, pendente de um prego; o canário é senhor da gaiola que habita e da loja que o cerca. Fora daí, tudo é ilusão, mentira”. Ao ser comprado por Macedo, homem que se dava aos estudos de ornitologia, passa a entender o mundo como a casa de seu comprador. Agora, “O mundo é um jardim assaz largo com repuxo no meio, flores e arbustos, alguma grama, ar claro e um pouco de azul por cima; o canário é dono do mundo, habita uma gaiola vasta, branca de circular, donde mira o resto. Tudo o mais é ilusão, mentira”. Por fim, o canário foge. Ao reencontrar-se com Macedo, lhe diz prontamente: “Viva, sr. Macedo, por onde tem andado que desapareceu?”. Ao ser inquirido acerca da sua atual compreensão do mundo, o canário conclui solenemente: “o mundo é um espaço infinito e azul, com o sol por cima”. Quem pretendeu dar todas as respostas ao direito de forma antecipada foi o positivismo jurídico do século XIX, e o passar do tempo apenas fez com que as respostas antecipadas se estagnassem no tempo, bem como a compreensão de mundo do Canário ou os desenlaces da história de J. L. Borges. Depois, e mais contemporaneamente, tais respostas, que antes eram vistas como regras, ou normas, alicerçaram-se no subjetivismo da vontade do intérprete.

Observemos, por exemplo, como a narrativa de Shakespeare antecipa em quase 200 anos o que vai acontecer nos séculos XIX e seguintes na peça *Medida por Medida*. A trama se passa em Viena, na qual o Duque Vivêncio, em face de um quadro de desordem e corrupção dos costumes, transfere ao seu amigo Ângelo o governo, simulando tirar um período de férias em que ele visitaria a Polônia. Sob o novo comando, a guarda prende o jovem Cláudio, sob a acusação de ter fornicado a bela Julieta, companheira de Ângelo. Incontinentemente, é condenado à morte. Cláudio, então, pede à sua irmã Isabela para que interceda por ele junto a Ângelo. Isabela tenta persuadir Ângelo, mas este diz que Cláudio é um transgressor da lei e que, no contexto dado, não se permite vicissitudes e idiossincrácias: a lei é a palavra do poder. Isabela retorna no dia seguinte e insiste na tese. Ângelo, interessado em Isabella, replica que se ela o amasse, Cláudio seria imediatamente libertado. Ou seja, de escravo da lei, que antecipava todas as respostas, Ângelo transforma-se, em nome de sua luxúria, em senhor da lei. Do extremo objetivismo, Ângelo vai ao completo subjetivismo, ou voluntarismo da lei; da plenipotenciariade da regra para o império da vontade do intérprete.

Quando os juízes decidem como querem, isto é, quando decidem arbitrariamente, nada mais estão fazendo do que imitar o personagem Humpty Dumpty, de Alice no País das Maravilhas, que diz: “quando eu uso uma palavra ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique... nem mais nem menos”, e logo completa: “a questão é saber quem manda. E só isso.”¹¹. De certo modo, isso se repete no decisionismo de Kelsen, quando sustenta que a interpretação da norma nada mais é do que um ato de vontade.¹²

Outro ponto interessante é que a literatura, diferentemente do estudo da disciplina jurídica em sentido estrito, não está preocupada tão somente com o conhecimento técnico a ser adquirido, mas com a emoção que será proporcionada aos seus diferentes interlocutores. O que um leitor aprende após ler *Macbeth*, de Shakespeare, quando sua imaginação cria capacidade de transcender a realidade que ele vive, é a sensação de ambição pelo poder e pelo trono do rei a todo custo, e não os mecanismos do direito britânico que regulam o regicídio e as suas consequências jurídicas.

O direito dogmático opera com a norma e busca a verdade, seja lá o que a verdade queira significar. Segundo Lênio Streck, os juristas deveriam ler, por exemplo, *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco. Aprenderiam dessa forma que o princípio da verdade real é um engano, e também que o positivismo é uma forma de nominalismo.¹³

Vejamos por exemplo, como é bela a descrição do quase afogamento de Cesar, em *Julio César*, de Shakespeare:

“De uma feita, numa tarde enublada e tempestuosa, em que o Tibre agitado se batia dentro das próprias margens, perguntou-me César: “Cássio, ousarias atirar-te, junto comigo, na corrente infensa e nadar até ali?” Mal acabara de falar-me, vestido como estava, joguei-me na água e a me seguir chamei-o, o que ele fez de fato. A correnteza roncava; nós lutávamos contra ela com membros indefesos, apartando-a e à sua fúria opondo o ousado peito. Mas antes de alcançarmos nossa meta, César gritou: “Socorro, Cássio! Afogo-me!”

11 CARROL, Lewis. Alice no País das Maravilhas & Através do espelho e o que Alice encontrou por lá, livro eletrônico, p. 157

12 KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. p. 391.

13 STRECK, Lênio. Porque o direito precisa da literatura: programa TV e Rádio Unisinos, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4QnEWihhCL4>

Então, tal como Enéias, nosso grande progenitor, que carregam aos ombros o velho Anquises e o salvara às chamas que Tróia devastavam: da corrente do Tibre, assim, tirei o exausto César. Num deus, agora, está mudado esse homem, sendo Cássio uma mísera criatura que precisa curvar-se, quando César com enfado lhe faz um gesto vago. Na Espanha apanhou febre; e, quando o acesso lhe vinha, notei bem como tremia. Sim, esse deus tremia; seus covardes lábios ficaram pálidos, e os mesmos olhos que ao mundo todo inspiram medo o brilho a perder vieram. Muitas vezes o ouvi gemer. Sim, essa mesma língua que os romanos deixavam estupefatos, levando-os a guardar os seus discursos, ah! Gritava tal qual donzela doente: “Água, Titínio! Dá-me um pouco de água!” Muito me espanta, ó deuses! ver que um homem de uma constituição assim tão fraca tenha passado à frente neste mundo majestoso e, sozinho, obtido a palma”. (Shakespeare, livro eletrônico, p. 17)

Na visão de um jurista dogmático, bastaria dizer: “que lástima, Júlio Cesar não sabia nadar”. Observando-se a prática jurídica, parece que a realidade de fato não mais toca quem a estuda, mas tão somente a ficção. Estudiosos da disciplina jurídica tornaram-se endurecidos, e a literatura surge como um excelente canal de moldagem do estudo do direito em sentido amplo. Ela opera instigando a imaginação, deixando resíduos emocionais dos quais tirará proveito o interlocutor que a aprecia.

Quanto às três obras que serão aqui estudadas são notórios e diversos os elementos jurídicos que podem ser trazidos à tona, e é justamente desses elementos que se podem tirar proveito para o aperfeiçoamento do estudo jurídico neste trabalho pretendido. Como exemplos, a injustificável imposição dos condenados ao medo, os maus tratos, as manifestações psicológicas ocasionadas pelo cárcere no indivíduo encarcerado, os julgamentos externos e as falsas acusações e os sintomas da absolvição após tanto tempo em reclusão são temas constantemente abordados nas referidas obras e que, por mais que pareçam recentes, foram escritos há mais de dois séculos, como no caso de Dostoiévski.

Ainda, todas as três obras foram elaboradas pelos seus autores quando encarcerados, enquanto cumpriam penas manifestamente degradantes, num momento de profunda opressão física e psicológica. Tal fato é extremamente relevante para quem estuda o direito na medida em que viabiliza a leitura da verdadeira natureza do preso; seus sentimentos, suas ambições, o amor pela família e pelos companheiros de cela, suas revoltas com o sistema prisional, com o Estado, seus momentos de alegria, de tristezas, seus medos e suas angústias. É a literatura, à sua maneira, permitindo a inserção do leitor naquele ambiente através do estímulo da

imaginação de quem lê; ambiente este que parece de fato algo tão distante da ótica dos estudiosos da disciplina jurídica, que se tornam cada vez mais dogmáticos, engessados e mecanicistas em relação ao cenário jurídico atual.

Graciliano Ramos, em um magnífico solilóquio em que reflete acerca da necessidade de evolução dos mecanismos do cárcere e da aplicação da pena, bem como do devido processo legal, diz que *“precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima”*¹⁴. Quando visitado pelo Padre Falcão, que fazia constantes passagens pelo presídio realizando orações aos presos sem esperar nada em troca, diz que *“Era pouco mais ou menos o que poderíamos desejar, ver alguém interessar-se por nós, demonstrar-nos uma solidariedade comprometida”*.¹⁵

Observe-se como Wilde, um ateu convicto, também em um monólogo sobre a degradação de sua vida ocasionada pelo cárcere, para mostrar que é preciso virar os olhos para a situação do encarceramento desmedido, invoca majestosamente a ótica do pensamento cristão:

“Para o artista, a expressão é a única forma de idealizar a vida. Para ele, aquilo que é mudo está morto. Mas, para Cristo, não era deste modo. Com uma imensa e espantosa imaginação, que quase nos enche de respeito, ele tomou todo o mundo do que é inarticulado, o silencioso mundo da dor, como teu reino, e fez-se teu porta-voz. Aqueles de quem falei, que estão mudos pela opressão, e “cujo silêncio apenas é ouvido por Deus”, foram os que ele escolheu para seus irmãos. Procurou tornar-se olhos para os cegos, ouvidos para os surdos e um grito nos lábios daqueles cuja língua foi presa. O teu desejo era ser, para os milhões que não tinham voz, uma trombeta com a qual pudessem clamar ao Céu. E sentindo, com a natureza artística de Alguém para quem a Dor e o Sofrimento eram maneiras por meio das quais poderia realizar a tua concepção do Belo, que uma ideia não tem valor enquanto não se tornar encarnada e não for uma imagem, fez de si a imagem do Homem das Dores, e, como tal, deslumbrou e dominou a Arte como nenhum grego tinha alcançado fazê-lo.” (Wilde, 2004, p. 90)

Não se trata, destarte, da inserção e obtenção de valores éticos ou morais no intérprete ou aplicador do direito em virtude da leitura das obras, até porque não é verdade que um não

¹⁴ RAMOS, G. Memórias do Cárcere Vol I. Ed. Record, 34ª Ed. São Paulo, SP: 1998. P. 154

¹⁵ RAMOS, G. Memórias do Cárcere Vol I. Ed. Record, 34ª Ed. São Paulo, SP: 1998. P. 154

leitor vá ser um jurista destituído de valores ou que um grande leitor vá se tornar um ótimo jurista. Trata-se da capacidade de se observar a realidade por diferentes perspectivas senão a própria, fertilizando-se a visão crítica do interlocutor. Para Enildo Stein, citado por Lênio Streck, a realidade não é complexa. Complexas são as nossas visões sobre a realidade¹⁶. Por isso podemos dizer a realidade de vários modos, o que não quer dizer que existam várias realidades.

Da leitura de Memórias do Cárcere, de Ramos seguida de Recordações da Casa dos Mortos, de Dostoiévski, por exemplo, percebe-se o resultado positivo gerado pelo crescimento da preponderância dada à proteção aos direitos do homem e do cidadão durante o último século. Ambos carregaram estigmas psicológicos eternos do réprobo após a saída do cárcere; no entanto, o segundo, que fora preso no século XIX, anteriormente portanto ao brasileiro, carregou também uma marca na testa feita a ferro em brasa, o que já era algo tanto quanto deplorável no Brasil de Ramos, nos anos de 1930.

Isso demonstra que a sociedade caminha, ainda que a passos lentos. E a literatura, quando bem utilizada, pode ser um excelente instrumento de mudança do direito. Trata-se de um tesouro jusfilosófico que merece, de fato, ser mais estudado.

2) DA ANÁLISE DAS OBRAS

2.1) AS MEMÓRIAS DO CÁRCERE

Graciliano Ramos nasceu em 1892, em Quebrângulo, Alagoas. Fora casado duas vezes e teve sete filhos. Era ateu, mas amava a Bíblia. Escreveu “Caetés” com 34 anos de idade. Tinha horror às pessoas que falavam alto, aos aparelhos de rádio, aos telefones e às campainhas. Gostava de beber cachaça e fumava três maços de cigarro por dia. Adorava crianças. Lia Manoel Antônio de Almeida, Jorge Amado e Machado de Assis. Era indiferente à Academia, odiava a burguesia e desejava a morte do capitalismo. Era inspetor de ensino e, por suas opiniões políticas, fora diversas vezes perseguido. Esteve preso durante a Era Vargas

¹⁶ STRECK, Lênio. Porque o direito precisa da literatura: programa TV e Rádio Unisinos, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4QnEWihhCL4>

no período de março de 1936 até janeiro de 1937, acusado de ligação com o Partido Comunista. Dessa experiência, resultou a magnífica obra *Memórias do Cárcere*, com a qual inicia-se a presente discussão.¹⁷

Antes de ser simplesmente um relato sobre sua passagem pelo Cárcere, a obra de Graciliano reflete a prepotência que marcou a ditadura do governo Vargas - o fascismo tupinambá-, e que, em suma, marca qualquer ditadura. Logo na exposição de motivos, primeiro capítulo da obra, o autor oferece diversas críticas aos mecanismos de censura, dizendo, inclusive, que é pouca a motivação a se publicar uma obra sabendo-se que o DIP - Departamento de imprensa e propaganda-, a polícia e, enfim, os hábitos de um decênio de arrocho lhe impediriam o trabalho.

Ainda, os ataques diretos, o uso dos nomes das pessoas vivas, sem disfarces, como se vê no registro civil, palavras de ordem, tiradas demagógicas, tudo isso seria absolutamente suprimido. Os artistas moviam-se entre os estreitos limites que os coagiam a gramática e a lei. Falar, à época, sobre o nosso fascismo tupinambá não era tarefa leviana. Os censurados perdiam vestígios de autoridade. Quando verazes, ninguém os dava crédito. De fato, de tal período, escasso prejuízo veio à produção literária no Brasil.

Percebe-se, também, na explicação final da obra, escrita por Ricardo Ramos, filho do autor, que veio a falecer antes da efetiva publicação, que eram evidentes as dificuldades que impediam o autor de concluir seu texto definitivamente. Postergara diversas vezes a sua conclusão, e, quando retornava às terras cariocas, era psicologicamente atordoado pelo movimento, orientando-se pelas reminiscências. Quando num café, andava como se arrastasse os tamancos e, impaciente, não tirava o olho de sua valise, com a qual viveu todo o seu tempo de penitenciário.

O fascismo nacional fora medíocre e sujo. Queimavam-se livros, apreendiam-se escritores tão somente por serem escritores, não tornando proibitivo, entretanto, o exercício pessoal da literatura. Mas, conforme bem define o romancista, tirou todo o desejo de se criar tal arte e, mais importante que isso, tirou toda a possibilidade de manifestação literária livre.

17 <http://graciliano.com.br/site/autorretrato/>

O escritor podia até se dedicar à sua tarefa, mas encontraria enormes dificuldades em divulgá-la. Ora, escreve-se não para si, mas para os outros.

Entretanto, através das cenas aparecem diversas características inerentes aos homens com os quais convive o autor, desde as mais generosas às mais baixas. Soldados truculentos, que o ameaçam, outros que o ajudam e fazem pequenas compras, que pedem desculpas pela má qualidade da alimentação. Dentre os presos, o ladrão que se esconde por roubar de seu companheiro de cela uma quantia ínfima e outros que tornam-se grandes amigos. Na promiscuidade é que geram-se estranhos impulsos e sentimentos, repulsa imediata e horror instantâneo. Entre outros, a afinidade é logo descoberta. Tudo humano, sob a ótica de um narrador posto em plano secundário, escondido.

Além disso, são perceptíveis as relações de poder mantidas dentro do cárcere. Há os indivíduos beneficiados, os que conhecem alguém mais poderoso, os que possuem contatos externos para importação de aguardente, que favoreciam o mercado ilícito e o contrabando dentro do presídio. É evidente na obra que o sistema carcerário em momento algum procura cuidar do aspecto da ressocialização do indivíduo encarcerado. Inclusive, a ressocialização do encarcerado não era sequer incentivada. O escritor, por exemplo, não possuía sequer a tranquilidade necessária para escrever seus romances.

São evidentes, ainda, o uso dos mecanismos de imposição do medo simplesmente para afrontar e intimidar o indivíduo preso. A aparência impecável dos soldados a fim de demonstrar uma ordem que não existia, as transferências forçadas e desnecessárias, as inúmeras contagens diárias, inclusive durante o sono, que somente serviam para fazer com que o preso se revoltasse ainda mais com o sistema punitivista estatal. Queriam obrigá-los a mexerem-se, à uma correria estúpida e infundamentada.

O ápice da obra é atingido quando da transferência do escritor para a Colônia Correcional, na Ilha Grande, em Angra dos Reis. Quando lá chega, com mais dezessete presidiários, são recebidos por um sujeito que em tom deveras simplório lhes diz: Aqui não há direito. Vocês não vêm corrigir-se, vêm, morrer.

Os descasos com o preso também são inúmeros e evidentes dentro da obra. A falta de banheiros, de chuveiros, a carência dos mecanismos de higiene pessoal, a péssima qualidade

da alimentação, o péssimo tratamento psicológico infligido ao presidiário; mostra indecorosa, falta da mínima dignidade. Tudo isso torna-se um obstáculo à identificação física e psicológica do encarcerado, de forma que sua recuperação se torna absolutamente inexecutável.

Percebe-se também, como o sistema prisional corrompe as relações humanas entre os próprios indivíduos presos. A todo momento o escritor procura tomar cuidado com as palavras que pronuncia, a fim de que não seja mal interpretado e denunciado por algum de seus colegas em troca de alguma benesse. A todo momento sofre falsas acusações, é chamado de “Comunista” sem sequer ser filiado ao Partido Comunista Brasileiro à época.

No entanto, o uso da arte para contar suas experiências permitiu que a reconstituição se desse sem muitos adjetivos, abusos de retórica ou descomedimentos. A escrita é leve, mas com exatidão e rigor excepcionais. Quando a compreensão não se completa, o romancista se acusa e se desculpa. Não há pormenores ou injúrias desnecessárias. A abordagem apanhou apenas o essencial, destacando apenas o que merecia ser colocado em destaque, apontando as minúcias indispensáveis e nada além disso, sendo dotada de uma enorme grandeza literária.

Associado a isso, o autor demonstra não estar deveras preocupado com a repercussão de suas críticas. Logo na introdução da obra, o autor assevera que sabia que o restante de sua existência era pouco, e a honestidade e o amor à literatura que lhes eram intrínsecos não lhe permitiram silenciar-se: *“Há entre eles homens de várias classes, das profissões mais diversas, muito altas e muito baixas, apertados nelas como em estojos. Procurei observá-los onde se acham, nessas bainhas em que a sociedade os prendeu. A limitação impediu embaraços e atritos, levou-me a compreendê-los, senti-los, estimá-los, não arriscar julgamentos precipitados. E quando isto não foi possível, às vezes me acusei. Ser-me-ia desagradável ofender alguém com esta exumação. Não ofenderei, suponho. E, refletindo, digo a mim mesmo que, se isto acontecer, não experimentarei o desagrado. Estou a descer para a cova. Este novelo de casos e muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão – e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias”*¹⁸. Tinha razão - a morte o colherea em meio à tarefa, ou talvez no fim.

¹⁸ Ramos, 1998, p. 35

A obra resultante, dessa forma, além de constituir a grandeza literária da qual já se referiu, é o testemunho de uma realidade cruel de quem, sem quiçá saber os motivos, viveu parte de sua vida em porões imundos, sofreu torturas físicas e psicológicas, privações, descasos e todos os demais males que poderiam ser vividos na realidade sórdida do cárcere. Foi metido entre criminosos comuns, entre ladrões e assassinos, jamais foi ouvido ou acusado porque simplesmente não haveria acusação que lhe fosse possível imputar honestamente.

O depoimento é precioso, feito de forma única pelo prestou o romancista. Trata-se da possibilidade de se visualizar a realidade carcerária vivenciada por quem de fato esteve atrás das grades. Discutirei, tanto quanto seja possível, os seus aspectos mais interessantes, e são muitos.

2.1.1) A opressão infligida no indivíduo encarcerado durante a Era Vargas

Graciliano Ramos esteve preso, como sobredito, na Era Vargas, período em que se iniciava a ditadura do Estado Novo no Brasil. O cárcere, de certa forma, refletia o ambiente autoritário e opressor que se ascendia no país até o retorno do governo democrático em 1945. A imposição infundamentada do medo nos condenados, os maus tratos, os péssimos tratamentos infligidos ao preso e o abuso de poder são recorrentes na obra de Graciliano.

Seu livro é dividido em quatro capítulos e, logo no primeiro deles, de nome “Viagens”, o autor mostra o quanto sofria com as constantes mudanças e viagens sem rumo às quais fora submetido durante os primeiros meses no cárcere. Passara o autor por diversos presídios no Recife, em Maceió, e no Rio de Janeiro, com destaque para a horrífica colônia penal da Ilha Grande, em Angra dos Reis. Tratava-se de uma tortura, como pode-se observar:

“Mal fechara os olhos numa leve sonolência, alguém me sacudira e soprara ao ouvido: ‘-viajar.’ Para onde? Essa ideia de nos poderem levar para um lado ou para outro, sem explicações, é extremamente dolorosa, não conseguimos familiarizar-nos com ela.” (Ramos, 1998, p. 52)

O pior, segundo o autor, era não saber o destino e o motivo dessas viagens, o que as tornava ainda mais injuriosas e invectivas. Para ele, tratava-se de uma medida completamente desnecessária. Forçavam-no a interrogatórios morosos, testemunhas diziam cobras e lagartos

e, por fim, era enviado a outra sede prisional para que fossem repetidos os mesmos procedimentos.

“Deve haver uma razão para que assim procedam, mas ignorando-a, achamo-nos cercados de incongruências. Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir o direito de nos sentarmos ou dormir se estamos cansados. Será necessária essa despersonalização?” (Ramos, 1998, p. 53)

Atribui a isto fatos notórios como o arrefecimento do seu desejo de escrever um livro na cadeia. O deslocamento forçado fazia suas ideias dissiparem-se. Tratava-se, segundo ele, de uma pequena amostra do que o absolutismo novo, sem disfarces, teria para oferecer: o rebaixamento da produção literária ¹⁹.

“As ideias me chegavam nítidas, fugiam, voltavam, eram substituídas, atropelavam-se; impossível fixá-las; coisas muito claras que se partiam. Tudo por causa daquele deslocamento. Devia ser isto: horríveis as mudanças.” (Ramos, 1998, p. 60)

Ademais, tal mobilidade causava receio constante nos presos, visto que não se criavam laços entre eles. Não havia tempo para que se conhecessem; relações imprecisas e camaradagens mal esboçadas estavam sempre a desfazer-se. Poucos foram os que permaneceram com o autor por algum tempo para que ele pudesse efetivamente saber com quem estava lidando. Segundo ele, a comunicação era difícil, quase impossível: operários e burgueses falavam línguas completamente diferentes.²⁰ Os presos dificilmente se entendiam no pouco tempo em que conviviam; corriam boatos, com insistência, desagradáveis, que os minava o relativo sossego.²¹

Ainda, na derradeira obra, a necessidade curiosa da demonstração de aparência de poder e de organização dentro do cárcere, por mais que o Estado estivesse completamente desestruturado, era algo que também inquietava o autor, sendo sempre fruto de suas reflexões. Os soldados sempre se portavam de modo estritamente militarizado e organizado, por mais

¹⁹ Ramos, 1998, p. 61

²⁰ Ramos, 1998, p. 61

²¹ Ramos, 1998, p. 248

que fossem cidadãos comuns e suas condições psicológicas não estivessem, muitas das vezes, de acordo com o que deveriam externar em prol da ordem. Em diversas passagens, o autor faz análises dos soldados que o vigiavam e, enquanto distraídos, fazia suas anotações.

“O sujeito firme, encostado ao fuzil. Iria passar ali a noite, dormir em pé? Eu não tinha sono, mas ele, coitado, com certeza engolia bocejos, amolava-se. Enfim que significação tinha aquilo? Pretendiam manifestar-me deferência, considerar-me um sujeito pernicioso demais, que era preciso vigiar, ou queriam apenas desenferrujar as molas de um recruta desocupado? Compreenderia ele que era uma excrescência, ganhava cãibras à toa, equilibrando-se ora numa perna, ora noutra? Se não fosse obrigado a desentorpecer-se e dar-me um tiro em caso de fuga, aquela extensa vigília só tinha o fim de embrutecê-lo na disciplina.” (Ramos, 1998, p. 53)

Os soldados decoravam fórmulas, aprendiam os movimentos indispensáveis às formalidades e esqueciam-se das obrigações e princípios morais aprendidos na vida civil. O essencial era ter a aparência impecável.

“Desapareceu-lhe o cinturão? Falta grave, embora ele em vão remexa os miolos para saber como a desgraçada correia se sumiu. É obrigado a apresentar-se com ela na formatura. Com ela ou com outra qualquer. Nesse ponto convém desapertar, isto é, agarrar o cinturão do vizinho, que, sendo inábil, será punido, pois o maior defeito do soldado é ser besta. Desenvolvem-se a dissimulação, a hipocrisia, um servilismo que às vezes oculta desprezo ao superior, se este se revela incapaz de notar a fraude ou tacitamente lhe oferece conivência.” (Ramos, 1998, p. 77)

O abuso do poder também é algo frequente nas críticas de Graciliano, que se manifestava muito além das viagens e transferências forçadas. Um dos momentos que mais marcou e abalou sua psique, que inclusive é por ele recitado durante o decorrer de toda a obra, foi uma abordagem realizada por um soldado que, inutilmente, apontara-lhe uma arma nas costas quando descia as escadas do porão de um navio no qual seria transferido para a cidade do Rio de Janeiro. É válida a citação do trecho:

“Alcançamos o porto, descemos, segurando malas e pacotes, alinhamo-nos e, entre filas de guardas, invadimos um navio atracado, percorremos o convés, chegamos ao escotilhão da popa, mergulhamos numa escadinha. Tinha-me atarantado e era o último da fila. Ao pisar o primeiro degrau, senti um objeto roçar-me as coisas: voltei-me, dei de cara com um negro fornido que me dirigia uma pistola para-bellum.

Busquei evitar o contato, desviei-me; o tipo avançou a arma, encostou-me no peito o cano longo, o dedo no gatilho. Certamente não dispararia à toa: a exposição besta de força tinha por fim causar medo, radicalmente não diferia das ameaças do general. Ridículo e vergonhoso. Um instante duvidei dos meus olhos, julguei-me vítima de alucinação. O ferro tocava-me as costelas, impelia-me, os bugalhos vermelhos do miserável endureciam-se, estúpidos. Em casos semelhantes, a surpresa nem nos deixa conhecer o perigo: experimentamos raiva fria e impotente, desejamos fugir à humilhação e nenhuma saída nos aparece. Temos de morder os beijos e baixar a cabeça, engolir a afronta.” (Ramos, 1998, p. 123)

Para o autor, tais fatos, por mais que fossem recorrentes, não proporcionavam ao preso nada mais do que raiva contra aquele sistema que os punia e oprimia, bem como um sentimento de completa impotência em face do opressor. Na visão dele, queriam apenas dá-lo a entender que poderiam obrigá-lo a comportar-se desta ou daquela maneira, ordenar que sentasse ou levantasse quando bem quisessem, que rompesse ou deixasse intacto um sobrescrito qualquer. Não seria um jogo tolo de gato com rato?²²

Além disso, os presos sofriam maus tratos e torturas, motivados unicamente pela própria de encarcerados. No capítulo 3 da obra, o autor relata o período em que esteve na Colônia de Recuperação, na Ilha Grande, que era vista como o mais temido presídio em funcionamento no Brasil à época. Lá, Ramos fora recebido por um discurso que é, de fato, um dos pontos mais fortes e marcantes da obra, numa clara demonstração do autoritarismo ao qual fora submetido. Veja-se:

“Virei-me, enxerguei um tipinho de farda branca, de gorro branco, a passear em frente às linhas estateladas (...) O discurso, incisivo e rápido, com certeza se dirigia aos recém-chegados. – Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer!” (Ramos, livro eletrônico, p. 5750)

Como se vê, não se tratava de uma “Colônia de Recuperação”. Lá, viviam como bichos.²³ Especulava-se que havia em torno de mil, ou novecentos presos²⁴, para quatro ou

²² Ramos, 1998, p. 104

²³ Ramos, livro eletrônico, p. 5080

²⁴ Ramos, livro eletrônico, p. 5782

seis chuveiros que se alinhavam a um igual número de latrinas, sem vasos, buracos apenas, lavados por frequentes descargas. Em todas se viam homens de cócoras, e diante deles estiravam-se em filas, esperando a vez, cabisbaixos na humilhação, torcendo-se a exhibir urgências refreadas e a custo²⁵. Ainda, não haviam colchões; os poucos que haviam eram roubados²⁶. Num dos muros, havia uma espécie de lavatório, sempre com as torneiras abertas, com um rumor contínuo de líquido nas pias, tilintar de canecos, chiar de escovas, lavagem de cuecas e lenços, a higiene precária dos tipos que voltavam das latrinas. Na água morna, vinha areia, mas era a única disponível para beber²⁷. Lá, eram constantemente chamados para formatura geral, enfileirados, com o único propósito de serem obrigados ao movimento, numa incessante tortura e em uma correria estúpida – trinta vezes, em menos de um dia²⁸. Em determinado momento, o autor refere-se aos presos que lá se encontravam como “*cadáveres que ainda se mexiam*”²⁹.

Em determinado momento, ainda na Ilha Grande, o autor se depara com uma agressão completamente inútil a um companheiro que estava na fila de formação. É uma das passagens mais fortes da obra, em que Ramos faz uma reflexão acerca da necessidade de toda aquela violência desmedida. É válida a leitura do trecho:

“Despertei, vi a dois passos um soldado cafuzo sacudir violentamente o primeiro sujeito da fila. Muxicões terríveis. A mão esquerda, segura à roupa de zebra, arrastou o paciente desconchavado, o punho direito malhou-o com fúria na cara e no peito. A fisionomia do agressor estampava cólera bestial; não me lembro de focinho tão repulsivo, espuma nos beiços grossos, os bugalhos duas postas de sangue [...]. Presa e inerte, a vítima era um boneco a desconjuntar-se: nenhuma defesa, nem sequer o gesto maquinal de proteger alguma parte mais sensível. Foi atirada ao chão, e o enorme bruto pôs-se a dar pontapés. Longo tempo as biqueiras dos sapatos golpearam riço as costelas e o crânio pelado [...]. O corpo estragado conservou-se imóvel.

25 Ramos, livro eletrônico, p. 5905

26 Ramos, livro eletrônico, p. 5933

27 Ramos, livro eletrônico, p. 5933

28 Ramos, livro eletrônico, p. 5873

29 Ramos, livro eletrônico, p. 5975

Estremeceu, devagar foi-se elevando, aguentou-se nas pernas bambas, mexeu-se a custo e empertigou-se na fileira [...]. Todos em roda estavam assim, firmes, de braços cruzados, impassíveis. Nenhum sinal de protesto, ao menos de compaixão. Também me comportara com essa horrível indiferença, como se assistisse a uma cena comum. Éramos frangalhos; éramos fontes secas; éramos desgraçados egoísmos cheios de pavor. Tinham-nos reduzido a isso. Qual a razão daquela ferocidade? A cabeça fervia-me; as dores no pé da barriga tornavam difícil a posição vertical: debalde tentava aprumar-me. Inclina-me para a direita. Precisava descansar. Já nem me importava saber a causa da sevícia imprevista. Falta ligeira: algum descuido, gesto involuntário, cochicho a perturbar o silêncio. Estávamos reduzidos àquilo. Derreava-me tanto que julguei perder o equilíbrio, estender-me na terra. O cafuzo viria levantar-me com a biqueira do sapato. Estávamos reduzidos a isso.” (Ramos, livro eletrônico, p. 5712)

Ainda, além de todos os maus tratos e abusos, é notável que viviam os presos em uma situação de completo abandono pelo Estado. A alimentação era de uma péssima qualidade, o que fora destacado inclusive por um Comandante do exército de Recife em visita à prisão em que o autor se encontrava, quando naquele estado. Desculpou-se, o Comandante, e retrucou que como a estadia era passageira, os presos poderiam aguentar alguns poucos dias de maus tratos.³⁰ Na Colônia Correcional, os presos comiam um feijão que suspeitava-se conter potassa – hidróxido de potássio -, para que cozinhasse depressa, pois gerava constantes hemorragias internas nos presos que o comiam.³¹

Em determinada passagem da obra, relata o autor um episódio em que a comida chegara aos presos num aspecto mais desagradável do que o ordinário. Os encarcerados, então, rebelaram-se em ruidosa manifestação. Figuras ativas apareciam, de toda a parte do presídio, lançando seus pratos, que rebentavam com fragor no cimento. Avolumaram-se depressa, no chão, ruínas. Ninguém demonstrou arrepender-se. No dia seguinte, à hora do almoço, a refeição veio menos ruim que as habituais, e veio em louça nova. As colheres velhas e ordinárias haviam desaparecido e, na distribuição da comida, ofereceram-lhes talheres decentes.³²

³⁰ Ramos, 1998, p. 72

³¹ Ramos, livro eletrônico, p. 5865

³² Ramos, 1998, p. 280

Em outro episódio marcante, soube-se que Benigno Fernandes, companheiro de prisão do autor, esvaía-se numa hemoptise, consequência de uma tuberculose. Ansiosos, os presos gritaram pela ajuda de um médico, mas nenhuma providência fora tomada. Certa hora um soldado se aproximou, examinou a cena e logo fora embora resmungando impropérios. De chofre, iniciou-se um verdadeiro motim dos presidiários em face do abandono, que durou algumas horas. Os presos quiseram partir os metais das celas. Nos prédios vizinhos, ninguém conseguira dormir. Súbito o motim esmoreceu e extinguiu-se. Houve silêncio, perturbado por um leve rumor que se estendeu. Enfim, os médicos vieram buscar Benigno: a inesperada vitória correu depressa no pavilhão.³³ Tal episódio, no entanto, que na visão do autor parecia ter inspirado sentimentos humanos ao diretor do presídio, resultou na suspensão de visitas pelo prazo de uma semana como punição.³⁴

Tais fatos, conforme se verá no próximo tópico, não geraram quaisquer tipos de benefício ao encarcerado. Pelo contrário, contribuem ainda mais com a degradação da psique do preso.

2.1.2) A transformação que a cadeia impõe no indivíduo

É notável em *Memórias do Cárcere* o quanto o cárcere infligia negativamente na parte psicológica do autor, sendo tal fato sempre objeto de suas reflexões em solilóquios. A vida na prisão, segundo Ramos, é um “infeliz jogo mental que nos despoja e nos rouba os impulsos mais sãos”³⁵. E as privações supracitadas, como se verá, são em grande medida responsáveis pela crise da psique do indivíduo preso.

Logo no início da obra, o autor apresenta a primeira transformação que a cadeia impõe no indivíduo, qual seja, a quebra da vontade – vontade de ser feliz, vontade de fazer coisas boas para consigo, vontade de sentir-se bem, enfim, vontade de continuar vivendo. Leia-se o trecho:

³³ Ramos, 1998, p. 297

³⁴ Ramos, 1998, p. 303

³⁵ Ramos, 1998, p. 168

“Ter-me-ia revelado inquieto? Pouco me importava o conceito que a sentinela pudesse ter dos meus movimentos excessivos, nem me ocorria eu o infeliz, tão parado, tivesse conceitos. Mas na verdade a inquietação era puramente física: difícil permanecer num lugar; precisão de levantar-me, sentar-me, deitar-me, fumar; a ligeira sonolência perturbada vezes sem conta e a leitura das mesmas páginas de José Geraldo Vieira. Parecia-me faltar a um dever. Habituei-me a ler todos os livros que me remetiam, ali estavam três a desafiar-me em longa insônia, e era-me impossível fixar a atenção neles. As ideias partiam-se a cada instante, desagregavam-se. Picadas no estômago. Fome. Não, não era fome: nem conseguiria mastigar qualquer coisa. Só pensar em comida me dava enjoo. Interiormente achava-me tranquilo. Ou antes, achava-me indiferente. Sumia-se até a curiosidade inicial. Que peça me iriam pregar no dia seguinte? Julgo que não perguntei isso. Realmente era desagradável continuar naquela saleta nua, a procurar nas paredes um lavatório e um mictório inexistentes. Mas noutro canto arranjar-me-ia. Operava-se assim, em poucas horas, a transformação que a cadeia nos impõe: a quebra da vontade. E não me espantei quando, manhãzinha, me vieram tirar de uma leve modorra: - Prepare-se para viajar”. (Ramos, 1998, p. 54)

É perceptível da análise do trecho *supra* o quanto o autor sofria com as constantes mudanças, tratadas, inclusive, com certa ironia. Como referido no primeiro tópico, os deslocamentos forçados faziam suas ideias dissiparem-se, não permitindo que ele realizasse atividades de seu interesse, atividades que o faziam bem, e quiçá a atividade de escrita, que era o que mais lhe dava prazer na vida.

Em outra passagem, antes de ser transferido ao presídio de Recife, depara-se o autor com sua esposa momentos antes de partir. Ao sentar-se no vagão do trem que faria seu transporte, avistou-a na ala dos passageiros. Segundo ele, vinha pálida e chorava um choro fácil e sereno ³⁶. Gaguejou-a algumas palavras, algumas recomendações sobre a vida que a aguardaria, entregou-a algum dinheiro, e partiu no derradeiro apito do maquinista. Em sua reflexão no momento de partida, no entanto, não demonstra quaisquer sentimentos de empatia, saudade ou amor, demonstrando evidente abalo psicológico:

“Nenhuma saudade, nenhuma dessas meiguices românticas, enervadoras: sentia-me atordoado, como se me dessem um murro na cabeça. Julgava-me autor de várias culpas, mas não sabia determiná-las. Arrependia-me vagamente de asperezas e injustiças, ao mesmo

36 Ramos, 1998, p. 56

tempo supunha-me fraco, a escorregar em condescendências inúteis, e queria endurecer o coração, eliminar o passado, fazer com ele o que eu faço quando emendo um período – riscar, engrossar os riscos e transformá-los em borrões, suprimir todas as letras, não deixar vestígio de ideias obliteradas [...]. Sucedera-me um desastre, haviam pretendido causar-me grande mal – o mal e o desastre ofereciam-me um princípio de libertação. Os dois choques seguidos, desemprego e cadeia, e também os telegramas ofensivos eram úteis: perturbavam-me, embrulhavam casos enfadonhos, obrigavam-me a um salto arriscado, e nessa deslocação datas e fisionomias se toldavam de espessa névoa.” (Ramos, 1998, p. 56)

Outro ponto que sempre fora fruto de reflexão pelo autor é o fato de que a prisão modifica a índole dos presos. Segundo ele, em certos indivíduos apareciam fundas alterações, e gênios incompatíveis se chocavam sem motivo aparente.³⁷ Era indispensável, dessa forma, escolher os companheiros com atenção. Não se sabia em quem confiar. Vivia-se em um constante estado de alerta, e o medo de que os companheiros fossem oficiais disfarçados à procura de alguma brecha para fundamentar uma acusação era latente.

Ainda, pavorosas eram as intimações para prestação de depoimentos. Compridos interrogatórios, indícios, provas, testemunhas, acareações, um pobre vivente a defender-se às cegas, buscando evitar ciladas imprevisíveis. Depoimentos longos partidos, recomeçados, pedaços de confissões arrancados sob tortura. Quando o preso retornava à cela, já nem sabia mais o que dissera. Depois de lançada a informação leviana, impossível recuar-se dela, e o pior era saber serem imprevisíveis as suas consequências. No presídio, a palavra solta entre o suplício moral e o suplício material tem semelhança de voluntária, que, para os presos, é delação. Ninguém procura saber se o indivíduo tem culpa ou não, ainda que fosse torturado, se o seu organismo era capaz da resistência precisa. O indivíduo tinha obrigação de resistir. Antes de se arvorar em diálogos, deveria balancear suas forças e avaliar se eram suficientes para guardar um segredo em qualquer circunstância. O delator, dessa forma, tem a desgraça de ser fraco, o que o inutilizaria. Passa a ser tratado por desertor, devendo-se asilar no campo inimigo, onde lhe serão dadas tarefas mais repugnantes.

Para Ramos, isso explica as vagarosas desconfianças e as profundas injustiças que existem na cadeia. É impossível, segundo ele, reconhecer todos os que se deixam subornar e

³⁷ Ramos, 1998, p. 228

os que estão a caminho disto ³⁸. E continua dizendo que não se tratava de indiferença, mas exatamente o contrário: a imperiosa necessidade de não saber ³⁹. Mantinham-se olhos e ouvidos bem abertos para fechá-los às mais simples inconveniências. Desvia-se precipitadamente de pessoas interessadas em comunicações misteriosas. Tudo isso era motivo de sobressaltos, que causavam calafrios nos presos. Desconhecia-se o próprio valor do diálogo, do companheirismo:

“Porque vêm parolar conosco assuntos reservados? [...] Almas diferentes das vulgares, com certeza: amor ao perigo desprezo ao conforto, nenhuma confiança nas verdades oficiais, desdém a venturas póstumas, falência de valores antigos, criação de novos. Medonhas legendas negras em paredes nos causam admiração a remotas e confusas vidas românticas; fragmentos de conversa murmurados em cafés nos acirram a fantasia: as cenas devagar supostas ganham verossimilhança e nitidez. As pessoas que se demoram junto de nós cochichando expressões cabalísticas aparecem-nos grandes em excesso. De repente nos afastamos do mundo: esquecemos o serviço, o estudo, os negócios [...]. Foi inepto ou queria sondar-nos, ver até onde nos comprometíamos, alinhar um relatório à noite, confiá-lo ao chefe dos guardas na manhã seguinte? De qualquer forma é indispensável guardarmos reserva. O que antigamente nos seduzia agora era motivo de calafrios.” (Ramos, 1998, p. 262)

Em determinada passagem, em que um prisioneiro é intimado a prestar depoimentos, o autor descreve a sua situação agoniada, bem como a dos demais encarcerados à sua espera, nos três dias de “exílio” do inquirido. Era impossível alcançar um estado de tranquilidade sabendo-se do que eram capazes os torturadores para arrancar quaisquer incongruências em frases de relance mal-ouvidas e que poderiam causar a ruína de outras pessoas. Leia-se:

“Sem pensar nisso, devo ter percebido a consternação de Rodolfo ao abraçá-lo à porta do cubículo 35. Uma palavra expunha-lhe o tormento, a serenidade habitual desaparecera. São tremendas essas incertezas. Vemo-nos irresponsáveis, tropeçamos, caímos, e não nos poderemos levantar; mas o pior é não sabermos se isso aconteceu, ignorarmos as nossas ações, sermos um brinquedo das circunstâncias [...]. Desejaríamos saber isso, esquadrimos o interior, de balde; olhamos em redor, nenhum indício no ramerrão quotidiano: estamos incomunicáveis e ninguém nos diz se mostramos covardia ou bravura. O meu bom amigo demorou-se alguns dias perplexo, recobrou

³⁸ Ramos, 1998, p. 261

³⁹ Ramos, 1998, p. 261

difficilmente a calma. Depois, às novas inquirições, notou que se havia conservado perfeitamente digno: as suas palavras não causariam dano a outros indivíduos. Guardei, porém, a lembrança daquela incerteza agoniada: - ‘Menti demais e já nem sei o que disse’. Resistência inconsciente, defesa instintiva, imensa teimosia a escorar a vontade inânime – depois a supressão da memória, nenhuma resposta à pergunta ansiosa: - Terei praticado uma infâmia?” (Ramos, 1998, p 262)

Em outro momento, após sua saída da Ilha Grande e retorno ao Rio de Janeiro, percebe-se o quanto tal sufocamento da psique reflete-se, inclusive, na aparência externa do indivíduo. Ramos, já fraco, andava-se apoiando em estacas, e julgavam-no incapaz de resistir ao peso de três tijolos ⁴⁰. Quando se encontra com José do Brasil, antigo companheiro de cela na capital, este lhe argui “- Você está morto, rapaz. Quantos dias faz que não come?”⁴¹. Sua aparência lhe era envergonhável. Algumas palavras, em conversas ligeiras, dissipavam-no escrúpulos:

“- Que idade o senhor tem? Perguntou-me alguém. Veio-me o desejo de conhecer o meu aspecto: - Calcule. – Sessenta e cinco anos, disse o interlocutor sem vacilar. – Por aí, pouco mais ou menos, concordei num abatimento profundo. Sessenta e cinco anos... andava em quarenta e três, quarenta e três e meses. Atribuíam-me sessenta e cinco...” (Ramos, livro eletrônico, p. 5804)

A cadeia, dessa forma, como nos diz o autor, não é um brinquedo literário⁴². A opressão infundada, como visto, de nada tem a oferecer à recuperação do indivíduo encarcerado. Pelo contrário, somente reflete negativamente na psique do preso.

2.1.3) Os julgamentos externos e as falsas acusações

Outro ponto que caracteriza a vida no cárcere são os julgamentos externos e as falsas acusações. Na obra de Ramos, a maior parte destes está relacionado à órbita política em que vivia o autor. Era funcionário público, diretor da Instrução Pública de Alagoas, cargo

⁴⁰ Ramos, livro eletrônico, p. 5790

⁴¹ Ramos, livro eletrônico, p. 7380

⁴² Ramos, livro eletrônico, p. 7712

equivalente a Secretário Estadual de Alagoas⁴³, e era odiado pelos setores mais conservadores do país por seus pensamentos de esquerda. Tal fato, em face da crise política que assolava o país, viabilizou um procedimento ilegal denominado por Ramos como “condenação de vulto”⁴⁴: testemunhas diriam cobras e lagartos, forçariam-no a interrogatórios morosos e, enfim, sofreria uma condenação caprichosa.

É notável, no decorrer da obra, que a prisão do autor nunca fora devidamente fundamentada e que se tratava de uma prisão motivada por fins políticos por excelência, visto que não havia contra ele quaisquer vestígios processuais. Inclusive, a ausência de processos contra o autor foi o que viabilizou o ajuizamento do Habeas Corpus pelo Dr. Sobral Pinto, graduado nesta Faculdade Nacional de Direito. Em diversas passagens, questiona-se Ramos acerca da real existência de um devido processo legal contra si:

“A minha situação não melhorava nem piorava. Ausência de processo, nenhuma testemunha; adiava-se, provavelmente não se realizaria o interrogatório longamente esperado. Minha mulher andava pelas repartições, a inquirir debalde; em falta de esclarecimentos, enviavam-na de um lugar para outro. Não se descobriam sinais de crimes, mas pelo jeito eles deviam existir em qualquer parte; conservar-me-ia longe do mundo até que aparecessem. Essa rele inocência provisória de nenhum modo me satisfazia (...). A ordem pública julgava-me inofensivo, tanto que nem me afligia com perguntas, mas não revelava o intuito de mandar-me embora.” (Ramos, 1998, p. 288)

Ainda, na derradeira obra, o autor é constantemente acusado por capitães, generais e outros membros do exército, de ser comunista, em vista da ascensão dos regimes militaristas à época. No entanto, Graciliano somente filiar-se-ia ao Partido Comunista Brasileiro em 1945, a convite de Luís Carlos Prestes, Secretário Geral do partido⁴⁵. Antes disso, o autor não possuía quaisquer ligações com o comunismo, como ele mesmo relata em sua obra⁴⁶, sendo nada mais do que um defensor das ideias do povo.

43 <http://graciliano.com.br/site/vida/biografia/>

44 Ramos, 1998, p. 60

45 <http://graciliano.com.br/site/vida/biografia/>

46 Ramos, 1998, p. 58

Para Ramos, no entender da polícia, comunista e popular tinham a mesma significação⁴⁷, e são diversas as passagens em que sofre tal acusação como se fosse o único e real motivo pelo qual estivera preso. Em determinado momento da obra, enquanto se refere a um companheiro de cela que recitava sonetos caprichando na sintaxe e metrificando ironias à segurança pública, diz que em 1936 esse desrespeito podia considerar-se uma espécie de comunismo, o que era um completo absurdo⁴⁸. Leia-se o diálogo do autor com o general do exército, quando da visita deste ao presídio do Recife:

“O homem alto pregou-me um olho irritado: ‘- Comunista, hem?’ Atrapalhei-me e respondi: ‘- Não’. ‘-Não? Comunista confesso!’ ‘- De forma nenhuma. Não confessei nada.’ ‘- Eu queria que o governo me desse permissão para mandar fuzilá-lo.’ ‘- Oh, general! Pois não estou preso?’ E calei-me prudente.”

Para o autor, generais e capitães com certeza julgariam indispensáveis a rápida sentença obscura, o pelotão fúnebre, um corpo a cair junto a um muro – lamentavam-se por não poder usar a pena de morte a torto e a direito. Iniquidade? Não se tratava disso. Para eles o exemplo era necessário, a prisão servia de prova, ou ao menos seria um indício forte da prova.

“Precisamos ter os olhos muito abertos. Caímos numa excessiva desconfiança, somos injustos com pessoas bem intencionadas; não conseguimos divisar os elementos de corrupção que nos cercam.” (Ramos, livro eletrônico, p. 6021)

E como atesta Ramos, a opinião pública infelizmente se contenta deveras com as aparências⁴⁹.

2.1.4) O contrabando e a ausência de controle do Estado no cárcere

Outro fato notório na obra de Ramos é a ausência de controle do próprio Estado em suas prisões. A prisão somente transfere o problema que existe na sociedade para dentro do

⁴⁷ Ramos, livro eletrônico, p. 8087

⁴⁸ Ramos, 1998, p. 59

⁴⁹ Ramos, 1998, p. 112

cárcere. E, como visto no último tópico, não basta contentar-se com as aparências se o objetivo último do cárcere não está sendo cumprido. Nos relatos de Ramos, é perceptível que existem organizações dos próprios presos dentro do cárcere, com indivíduos mais fortes, que mandam e desmandam nos demais presos, outros que são responsáveis pela entrada de substâncias ilícitas, e outros que têm vantagens e benesses por conhecer alguém mais poderoso do lado de fora.

O negócio do álcool e do cigarro na prisão era um dos principais mercados existentes. Quase todos os presos inquietavam-se quando acabavam seus estoques. Segundo Ramos, acabada a reserva, estariam desarmados e a vida no presídio tornar-se ia insuportável⁵⁰. Na Ilha Grande, “fomes, disenterias quatro ou seis chuveiros para novecentos homens: a aguardente suprimiu a Colônia”⁵¹.

Os presos nada produziam, e a vida monótona era compensada com os exageros. O dinheiro, por conta desses mercados, adquire um valor que cá fora estranhariam. Por serem clandestinos e perigosos, tais negócios exigiam um lucro extenso.

Outro ponto eram as organizações hierárquicas dos presos dentro dos presídios. Logo antes de sua transferência para a Colônia Correcional, na Ilha Grande, Ramos fora transferido para uma outra sede prisional no Rio de Janeiro nos porões do navio *Campos*. Lá chegando, deparou-se pela primeira vez com presos comuns, não políticos. Um número superior de presos para o meio em que se encontravam suprimiam o último vestígio de constrangimento ou pejo. Lá, haviam organizado uma espécie de governo.

“A polícia, lá de cima, incumbira-se disso Moleque Quatro, indivíduo reimoso, forte na capoeira e no samba, presumível autor de mágoas em verso dedicadas a um ingrato: ‘Implorar só a Deus...’ Esse poder se exercia discricionário, simultaneamente justiça e execução, regido por leis próprias, reconhecidas e inapeláveis.” (Ramos, 1998, p. 323)

Assim, no movimento e na balbúrdia, realizavam-se processos. Moleque Quatro, o chefe, nomeava alguns assessores, mantinha ameaças e, em caso de necessidade, incorporava

⁵⁰ Ramos, 1998, p. 182

⁵¹ Ramos, livro eletrônico, p. 7101

um tribunal. Proferia-se sentença, os jurados se manifestavam, e o sujeito era condenado. A pena geralmente consistia em execução sumária. Quando não, o condenado era sexualmente abusado pelos demais prisioneiros⁵².

Ainda, no que tange aos abusos sexuais, também havia um mercado de exploração de pequenos infratores, e eram recorrência no presídio consoante relatos de Ramos. Certa noite ouviu gritos, que descobriu no dia seguinte serem de um garoto violado.⁵³ A administração fingia não ouvir aqueles homens, insinuava hipócrita que o trabalho e o cansaço tendiam a suprimir necessidades profundas, e lá se moviam autômatos, puxados para um lado e para o outro. Muitos guardas eram cúmplices e, segundo o autor, alguns também vendiam pequenos delinquentes a velhos presos corrompidos⁵⁴.

“Perguntamos em seguida como poderia ser de outra forma num meio onde só vivem machos. Os assassinos, criminosos fortuitos, em geral os sujeitos chegados maduros, conseguem livrar-se do contágio: têm a preservá-los costumes diversos, princípios, a repugnância eu nos leva a desviar os olhos se vemos uma dessas criaturas, lavar as mãos se a tocamos. Esse nojo e esses escrúpulos esmorecem com o tempo: refletindo, alinhando motivos, inclinamo-nos a uma indecisa piedade, afinal até isto minguia e desaparece: achamos aqueles invertidos pessoas vulgares submetidas a condições especiais: semelhantes aos que perderam em acidente olhos ou braços. Certo são desagradáveis quando neles predomina a linha curva, afetam ademanos femininos, têm voz dulçurosa, gestos lânguidos e caminham rebolando os quadris. Nem todos são assim, de ordinário não se distinguem por nenhum sinal particular. Nada que mereça desprezo. Como se iniciaram? Os angustiosos e inúteis apelos noturnos davam a resposta.” (Ramos, 1998, p. 310)

Em suma, são inúmeros os comércios ilícitos: os jogos, rigorosamente suprimidos e nunca suspensos, o contrabando de álcool, as gorjetas, a venda de cigarros, prestação de serviços miúdos aos políticos. O dinheiro circula para amaciar funcionários, para consentir o abuso homossexual, e a prisão, como visto, transfere o problema que existe fora do cárcere

⁵² Ramos, 1998, p. 329

⁵³ Ramos, 1998, p. 309

⁵⁴ Ramos, 1998, p. 309

para dentro dele. Ora, como pretende o Estado combater tais problemáticas na sociedade em geral se não consegue controlar esse problema dentro das próprias prisões?

2.1.5) A sonhada liberdade

Passada toda a experiência traumática do encarceramento, enfim, viu-se o autor livre. É de fato perceptível da leitura da obra, no entanto, que o indivíduo que sai da prisão e volta para a sociedade não se enquadra no modelo de indivíduo ressocializado idealizado pelo Estado quando o encarcera. Traumas psicológicos o perseguem, más experiências vividas, torturas e opressões desmedidas restam enquadrados na parede da memória. A absolvição, dessa forma, é mero protocolo.

Faltava apenas um capítulo a ser escrito das Memórias do Cárcere quando morreu Ramos.⁵⁵ Segundo seu filho, Ricardo Ramos, autor das explicações finais da obra, pretendia Graciliano escrever as Sensações de Liberdade.⁵⁶ Falaria acerca de sua saída, de uns restos de prisão a acompanhá-lo em ruas quase estranhas. Ramos andava em público orientando-se através de reminiscências, sem examinar placas. A claridade lhe era incômoda, bem como o grande movimento. Andava como se ainda utilizasse tamancos. Repetia perguntas, esperava respostas com impaciência, olhando sempre a valise que carregava no cárcere.⁵⁷ Notáveis foram os traumas psicológicos que o afligiram.

Ramos enfrentou perturbações que antes mesmo de ser posto em liberdade já eram fruto de suas reflexões. Condenaram-no antes do julgamento e, para ele, nada compensaria o dano horrível ⁵⁸, pois carregaria para sempre a má experiência vivida e o estigma de prisioneiro. Segundo ele, dominava-se à época um capricho despótico.⁵⁹ As sentenças dos tribunais eram

⁵⁵ Ramos, livro eletrônico, p. 8998

⁵⁶ Ramos, livro eletrônico, p. 9013

⁵⁷ Ramos, livro eletrônico, p. 9013

⁵⁸ Ramos, 1998, p. 304

⁵⁹ Ramos, 1998, p. 304

formalidades inconsequentes: cumprem-se e os réus não se desembaraçam da culpa. Em certa passagem, analisa algumas reais consequências da absolvição:

“Certos crimes não desaparecem nunca; um infeliz ajusta contas com o juiz e fica sujeito ao arbítrio policial. Inteiramente impossível a reabilitação, pois não o deixam em paz. E dá-se o caso de um indivíduo não querer ser solto, porque essa liberdade precária finda logo: tiram-no de uma prisão e mandam-no para outra pior.” (Ramos, 1998, p. 304)

Em outra passagem, analisa as consequências da mecanicidade e da intransigência do cárcere na psique do indivíduo após a absolvição, bem como o modo de lidar com a realidade após tanto tempo encarcerado. Leia-se:

“Ao voltar à rua, mais difíceis se tornarão as fugas, a vida oblíqua, permanente resvalar de um lado para outro. Acha-se um infeliz em estado paradoxal: deseja sair dali, imagina planos de evasão impossível e receia afrontar os perigos antigos, agora muito ampliados: mecanizaram-no quase o imobilizaram, incutiram-lhe dúvidas sobre as suas aptidões. Conseguirá mexer-se, andar furtivo, pisar leve, entrar numa casa e percorrê-la direito, sem acordar as pessoas? A certeza da própria insuficiência é horrível.” (Ramos, 1998, p. 306)

Ainda, carregará para sempre o estigma de prisioneiro. Dificilmente terá um bom emprego ou novas boas experiências, bem como a confiança de outrem:

“Exclui-se a ideia de arranjar outro ofício. Em primeiro lugar nada sabe fazer além de abrir portas ou embromar otários repisando velhas, estafadas parolagens; valoriza enormemente as suas pequenas habilidades, gosta delas, aos íntimos agrada-lhe referi-las com vaidade e exagero. E depois, ainda que desejasse trabalhar, não o conseguiria: negam-lhe a mínima confiança, ninguém lhe aceita os propósitos de regeneração, em qualquer parte julga perceber olhares suspeitosos.” (Ramos, 1998, p. 306)

Não obstante, ainda não estará quite com a polícia. Em reflexão do autor, esta nunca o largará⁶⁰. Utiliza o tempo “prisão à ordem do chefe”, que é, segundo Ramos, a fórmula mágica de aniquilar os miseráveis nascidos no subsolo social.⁶¹

⁶⁰ Ramos, 1998, p. 306

⁶¹ Ramos, 1998, p. 306

“Que diabo significaria aquela expressão? À ordem do chefe, sim senhor, repetiu o faxina, como se aquilo fosse coisa simples, estabelecida [...]. Cometeram falta e pagaram-na duramente, não lhes exigiriam mais porque isto não seria possível, exigiram tudo. Satisfeita a exigência, a vítima quer libertar-se – e isto é impossível. À ordem do chefe. Qualquer policial tem o direito de usar isso, uma espécie de chave; o nome do chefe de polícia tem efeito mágico: os direitos alcançados na obediência, na dureza do regime carcerário, de repente findam.” (Ramos, 1998, p. 306)

Dessa forma, cumprida a sentença, tais desajustamentos são de fato torturantes. A liberdade chega a apavorar o indivíduo. A propósito, não se trata de liberdade: liquida suas contas com a justiça, e mandam-no embora.

2.2) RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS

Conforme biografia presente na obra em questão, Dostoiévski nasceu em Moscou no ano de 1821, e desde o seu nascimento fora incentivado pelos familiares ao amor pela cultura. Com a perda precoce dos pais, o autor enfrentou períodos de grande abalo psicológico, depressões, sendo inclusive estudado por Freud no famoso artigo “Dostoiévski e o parricídio” quando elaborava seus ideais do Complexo de Édipo. Freud destacou quatro facetas diferenciais da personalidade de Dostoiévski que o individualizam, quais sejam: o criador, o neurótico, o moralista e o pecador⁶².

Engajou-se na luta política da juventude democrática russa a fim de combater o regime absolutista e autoritário do Tzar Nicolau I e acabou sendo, por isso, preso em 1849. No entanto, condenado e sentenciado à morte pela participação em atividades antigovernamentais junto a um grupo que partilhava ideais socialistas que à época fervilhavam, o autor teve, já no pátio de fuzilamento com outros prisioneiros, sua pena substituída por cinco anos de trabalhos forçados na Sibéria. Dostoiévski recebeu os grilhões e para lá partiu em poucos dias, onde

62 https://www.sas.upenn.edu/~cavitch/pdf-library/Freud_Dostoevsky_Parricide.pdf

permaneceu até 1854. A tensão em face da morte é uma das marcas que põe movimento ao romance do autor.

Aliou a experiência lá adquirida à de um amigo, Alieksandr Pietróvitch Goriântchikov, que pertencia à nobreza da Rússia e fora presidiário de segunda categoria – os quais eram submetidos ao comando militar – por dez anos, por ter assassinado a esposa ainda no primeiro ano de casamento. Quando faleceu, Alieksandr deixou escritos relatando os seus anos vividos no cárcere. Dessa combinação nasceu, então, *Recordações da Casa dos Mortos*, publicado em 1862, onde o autor relata a vida dos condenados nas prisões e nos exílios da Sibéria.

Alieksandr, na visão do autor, era um homem deveras culto e enigmático, da alta nobreza, que se entregou à Justiça após o crime e passou a viver nas aldeias de exílio onde ainda podia ter algum tipo de trabalho para manter sua casa. Depois de preso, era sempre taciturno, mantinha uma postura sempre desconfiada e desejava tão somente a solidão. Gostava de lecionar crianças, as quais lhes eram confiadas pelos pais dos residentes da aldeia e até pelos demais presidiários.

Um dos fatos que chamou a atenção do autor em relação aos escritos de seu amigo foi que, em que pesassem as diluídas e diferentes classes sociais existentes na prisão, os servos encarcerados não aceitavam os demais membros de classes superiores como iguais, como camaradas. Os intelectuais eram constantemente zombados por sua falta de aptidão física para os trabalhos manuais. Em dado momento, quando o autor se juntou a outros presos para protestar contra a má qualidade da comida, rapidamente fora preterido pelos demais prisioneiros. O diferente universo lido nos relatos de Goriântchikov, por ter vindo de uma classe aristocrata, dessa forma, fascina o romancista, que se utiliza desse heterônimo para contar a sua própria experiência no cárcere.

A obra beira, por conseguinte, o relato documental, já que fora construída a partir de anotações que o escritor fez às escondidas, das suas próprias impressões sobre as escrituras de Goriântchikov e dos diálogos e experiências que vivenciou no cárcere. Dostoiévski constrói um brutal e minucioso relato do dia a dia dos prisioneiros. O autor, de maneira ímpar, consegue perscrutar a alma de cada encarcerado, revelando sofrimentos físicos e mentais originadas pelo cárcere, bem como a progressiva e total anulação da individualidade, sem

afastar, no entanto, a crítica a um sistema que nutre o ódio e não se preocupa com a efetiva recuperação dos indivíduos para a sociedade.

Por tratar-se, ainda, de um período em que uma monarquia absolutista exercia o poder na Rússia czarista, os relatos do autor chegam até mesmo a ser um tanto quanto chocantes e indigeríveis. Para o leitor, são constantes os choques de realidade quando percebe-se que não se está diante de uma obra de ficção. O autor narra, por exemplo, que os condenados civis tinham o rosto marcado com ferro em brasa, o que caracterizava um estigma eterno do réprobo⁶³. Tais torturas, tanto físicas quanto psicológicas, refletem-se irremediavelmente na psique do encarcerado.

Ainda, da mesma forma como em *Memórias do Cárcere*, em *Recordações da Casa dos Mortos* também são evidentes as figuras poderosas, que a todo custo impõem o medo desnecessário aos prisioneiros a fim de demonstrar unicamente a aparência de poder, que não tem outra utilidade senão a de rebelar ainda mais os indivíduos encarcerados em face do sistema punitivista. Um ícone é a figura do Major Malta, carrasco, de quem todos os detentos detinham completa aversão, cujos açoites arrancavam até mesmo pedaços de carne das costas dos apenados.

Ainda, nesta obra aparece a figura do trabalho forçado, que serve unicamente para castigar o criminoso e garantir a sociedade contra os atentados que ele porventura viesse a cometer. É evidente, no decorrer da obra, que sem os afazeres pessoais aos quais se dedica com toda a alma e espírito, não há de se esperar que o forçado se porte normalmente, naturalmente, com boa vontade e humor.

Além disso, mais que um relato sobre o que vivera o autor, a obra ainda mostra a vida no presídio como uma metáfora da vida fora da prisão. As relações de poder, de interesses nas amizades, tudo isso aparece como artimanha utilizada para lograr fins mesquinhos e ilícitos. O contrabando de bebidas, de doces e os furtos são constâncias na obra, o que demonstra a ineficácia dos meios de punição quanto à recuperação do indivíduo encarcerado e,

63 DOSTOIÉVSKI, F. *Recordações da casa dos mortos*. Ed. L&pM Pocket, Porto Alegre, RS: 2008. P. 15.

principalmente, quanto à ineficácia do próprio sistema carcerário em coibir tais indivíduos de cometerem as mesmas ilicitudes dentro da prisão.

A moeda, aqui, ganha status de liberdade – ou, pelo menos, ilusão de liberdade. Trabalhava-se escondido, contrabandeava-se aguardente. Havia mecanismos de penhor, de empréstimos, e a usura florescia sem piedade. O preso tinha pelo dinheiro uma avidez absoluta, que obnubilava inclusive seu juízo. Quando juntava o bastante, dava festas, compravam aguardente contrabandeada, encontravam-se com mulheres exiladas, e por um dia, sentiam-se livres. Os presos, segundo o autor, eram grandes sonhadores.⁶⁴

A experiência empírica, dessa forma, deu ao autor grandes condições de descrever com autenticidade o cotidiano e o caráter dos condenados que lá viviam.

2.2.1) O cárcere na Rússia czarista

Dostoiévski esteve preso na Rússia, época em que o controle do Estado era exercido sob o sistema de monarquia absolutista. Da mesma forma que o cárcere em Graciliano Ramos era um reflexo do aparelho de Estado, aqui isto se repetiu de um modo tanto quanto mais incisivo e chocante. Um recanto de leis, costumes, hábitos característicos; uma casa morta-viva, uma vida à parte.

Logo no início do livro, cujo capítulo inicial recebe o nome “A Casa dos Mortos”, o autor conta que a maior parte dos detentos que lá se encontravam se compunha de condenados civis. Tais indivíduos eram privados para sempre dos seus direitos de cidadão.⁶⁵ Ou seja, ainda que cumprissem sua sentença e se livrassem dos seus deveres como preso, quando em liberdade ainda não eram considerados como cidadãos para fins legais. Ainda, segundo o autor, tais indivíduos tinham o rosto marcado com ferro em brasa, estigma eterno do réprobo⁶⁶, numa clara demonstração da opressão a qual eram submetidos.

64 DOSTOIÉVSKI, F. Recordações da casa dos mortos. Ed. L&pM Pocket, Porto Alegre, RS: 2008. P. 94

65 Dostoiévski, livro eletrônico, p. 10

66 Dostoiévski, livro eletrônico, p. 10

Quanto aos maus tratos, eram frequentes e sempre alvos de crítica do autor. Quaisquer motivos que causavam desagradados à administração do presídio eram suficientes para as sessões de açoite ou vergastadas no pátio da prisão, que deixavam os detentos com as costas em carne viva. Personagem temido para os presos era o Major, apelidado de “Oito-olhos, pois tudo via. Vale destacar sua descrição:

“Esse major era para os detidos um ente fatal; conseguia fazê-los tremer diante de si. Sua severidade raiava à extravagância, e ele “se atirava à gente”, segundo a expressão dos presos. O seu maior recurso para causar terror era o olhar de lince, ao qual nada se podia esconder. Aquele homem via até mesmo sem olhar. Mal entrava no presídio já sabia o que estava se passando no extremo oposto do recinto. Os presos lhe chamavam “Oito-Olhos”. E seu sistema de nada adiantava, pois aqueles processos diabólicos serviam apenas para tornar os homens ainda mais furiosos. Se não houvesse acima dele um governador condescendente, razoável, que lhe moderava os impulsos selvagens, o major teria provocado grandes desgraças. Nem compreendo mesmo como é que pôde chegar são e salvo ao fim da carreira.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 13)

Em determinada passagem, na qual o Major iria executar chibatadas contra Petrov, um dos companheiros de prisão do autor, aquele, em última hora, encarregou outro oficial de fazê-la, pois teria que resolver assuntos diversos. “Foi Deus que o salvou”, exclamaram os detentos, referindo-se a Petrov⁶⁷. Para o autor, o direito de punição corporal que um homem exerce sobre um outro é uma das chagas da sociedade, é um meio seguro de abafar, ainda em germe, qualquer civismo e lhe provocar a decomposição⁶⁸. A sociedade despreza o carrasco profissional, porém não o *gentleman*-carrasco.

Alguns presos são condenados a até quatro mil chibatadas, que, a depender do executor, poderiam ser recebidos de forma “parcelada”⁶⁹. Uns, mais corajosos, pediam que se lhes desse o resto dos açoites sem esperar que as costas cicatrizassem após recebida a primeira parte do castigo. Queriam acabar o mais rapidamente possível com toda a pena. Também havia os que

⁶⁷ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 13

⁶⁸ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 134

⁶⁹ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 51

eram constantemente açoitados, que acabavam por encarar as punições com certo ceticismo, que já não os provocava quase nenhum mal-estar ⁷⁰. Outros, para afastar a hora que precede o castigo, que era, segundo o autor, o momento terrivelmente mais penoso, faziam o possível para adiar a pena. Às vezes, acometiam-se de tremendos disparates: davam facadas num chefe ou num companheiro, o que lhes acarretava novo julgamento, recuando-se em três ou dois meses a sua execução⁷¹. Não se preocupavam em saber se a pena seria duplicada ou triplicada; o que importava era adiá-la, livrando-os daquele sofrimento momentâneo. Em determinado momento, o autor entrevista outros presos para saber qual é a intensidade da dor do açoite:

“Por mais que indagasse, porém, nunca obtive uma resposta satisfatória. ‘Queima como fogo’, respondiam sempre. ‘Queima, e só.’ Nos primeiros tempos, quando me aproximei de M-cki, interroguei-o também. ‘Dói horivelmente, confessou ele; sente-se uma impressão de queimadura, como se grelhassem as costas da gente no fogo do Inferno’”. (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 133)

No entanto, mais temido do que as chibatas eram os castigos executados com vara. Segundo o autor, quinhentos açoites realizados com vara seriam suficientes para matar um homem. Acima de quinhentos a morte é certa, e o mais robusto dos indivíduos não poderia suportar de uma vez só mil varadas ⁷². Todos os forçados consideravam as varas muito mais assustadoras do que as chibatas: torturavam, mais, pois atacavam muito mais os nervos, irritavam e abalavam no mais alto grau o organismo do condenado.

Além dos maus tratos, presenciavam os presos um completo abandono no cárcere, que de fato não os auxiliava o processo de recuperação. Pelo contrário, os índices de reincidência eram altíssimos⁷³, e os delinquentes saíam do presídio muito piores do que entravam⁷⁴. Em determinado momento o autor padece de uma doença e é enviado para o Hospital Militar. Lá, entra em contato com presos provenientes de outras sedes prisionais. Chama a atenção para os

⁷⁰ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 125

⁷¹ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 125

⁷² Dostoiévski, livro eletrônico, p. 133

⁷³ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 10

⁷⁴ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 114

presos da Companhia Correcional, que assim como Ramos define a Colônia Correcional da Ilha Grande, não possuía nada de “correcional” para que fizesse jus ao nome. Refere-se a ela como “uma estranha instituição onde são reunidos os soldados de mau procedimento para serem corrigidos – e de tal maneira agem que saem de lá os mais completos bandidos que é possível imaginar.”⁷⁵

Ainda, Dostoiévski fora condenado ao trabalho forçado, que também fora alvo de suas diversas críticas. Segundo ele, o presídio, os trabalhos forçados, não melhoram o criminoso; apenas o castigam, e garantem a sociedade contra os atentados que ele ainda poderia cometer⁷⁶; observe-se:

“O presídio, os trabalhos forçados, desenvolvem no criminoso apenas o ódio, a sede dos prazeres proibidos, e uma terrível indiferença espiritual. Por outro lado, estou convencido de que o famoso sistema celular consegue atingir apenas um resultado enganador, aparente. Suga a seiva vital do indivíduo, enerva-lhe a alma, enfraquece-o, assusta-o, e depois nos apresenta como um modelo de regeneração, de arrependimento, o que é apenas uma múmia ressequida e meio louca.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 14)

Percebe-se, da leitura dos momentos de tortura e de opressão enfrentados pelo autor, que a tirania é um hábito extensível, que se desenvolve. Ressalta ele que o melhor dos homens, pode, graças ao hábito, endurecer-se até se transformar em um animal feroz ⁷⁷. O homem, cidadão, na figura do executor, eclipsa-se para sempre na figura do tirano, e a volta à consciência humana e ao arrependimento torna-se quase impossível. O poder ilimitado tem uma sedução perniciosa, que age por contágio sobre toda a sociedade; e a sociedade que encara com indiferença as ações desse jaez já está contaminada até ao cerne.

2.2.2) A manifestação da opressão face a alma do indivíduo encarcerado

⁷⁵ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 114

⁷⁶ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 14

⁷⁷ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 134

As obras de Dostoiévski se caracterizam por uma profunda leitura da alma humana instrumentalizada por seus personagens. Nesta, não é diferente. Em uma passagem da obra em que recorda sua chegada no presídio, diz que as emoções que suportara enquanto encarcerado jamais poderiam ser compreendidas se não as experimentasse⁷⁸ como, por exemplo, o simples fato de não poder estar só, um minuto que fosse, durante os anos de presidiário - no trabalho, uma escolta; na prisão, a companhia de duzentos outros presos; e nem uma vez a solidão. Foram várias as emoções e sentimentos que o autor vivenciou, que são de enorme valia para a presente exposição.

Dostoiévski inicia seus relatos mostrando que a grande maioria dos presos não demonstravam quaisquer sinais de arrependimento ou vergonha pelo crime que cometeram. Não havia um único presidiário que reconhecesse a própria delinquência, e se alguém de fora se achesse a censurar a um preso os seus delitos, ou o injuriasse, receberia insultos sem fim⁷⁹. Os presos eram dominados por um tom comum, que se caracterizava por uma dignidade estranha e especialíssima. A situação de presidiário representava um título, e, até mesmo, um título de honra e, portanto, notava-se um simulacro de docilidade, certo raciocínio tranquilo: aceitavam simplesmente o fato de que não souberam viver em liberdade.

“Somos condenados, não soubemos viver em liberdade; agora temos que nos arrastar através da rua verde, temos que ficar em fila para chamada. Quem não deu ouvidos ao pai e à mãe acaba obedecendo ao rufar do tambor. Quem não aprendeu a bordar com fio de ouro, acaba quebrando pedra.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 12)

No entanto, os sofrimentos morais são muitíssimo mais pesados que os sofrimentos físicos. Para o autor, o cárcere suga a seiva vital do indivíduo, enerva-lhe a alma, enfraquece-o, assusta-o, e depois nos apresenta como um modelo de regeneração, de arrependimento, o que é apenas uma múmia ressequida e meio louca⁸⁰. Sem seus afazeres pessoais, aos quais se dedica com toda a sua alma e espírito, o preso se rebela. Não se pode esperar que criaturas arrancadas à sociedade e a uma existência normal, fortemente propensas a viver, se portem naturalmente, normalmente, com bom humor e boa vontade.

⁷⁸ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 11

⁷⁹ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 12

⁸⁰ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 14

Em determinada passagem, o autor fala acerca de um suposto parricida que uma vez ouviram-no gritar em sonho. Quase todos sonhavam e divagavam durante o sono. Ouvia-se frequentemente pragas, gritos em calão, referências à morte, facas e machados ⁸¹. “Somos criaturas maltratadas”, diziam eles; “estamos esmagados por dentro, e é por isso que gritamos de noite”. ⁸²

Também, é interessante, dessa forma, a relação que o autor demonstra existir entre o dinheiro e a sensação de liberdade na psique do indivíduo encarcerado. Leia-se:

“O presídio provoca uma tristeza tão grande! O forçado, por sua própria natureza, tem uma sede tão grande de liberdade e por sua posição social é tão descuidoso, tão desordenado, que lhe vem naturalmente a ideia de ao menos uma vez dar alegria ao coração, afogar todo o desgosto em barulho e música, a fim de esquecer, um minuto talvez, a sua desgraça abominável. Nada mais estranho que ver alguns deles a trabalhar meses e meses sem folga com fito único de despender num só dia todo o lucro obtido; depois disso, novamente se curvam, novamente se encarniçam na labuta, até a próxima bambochata.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 30)

Um preso possuidor de recursos, segundo o autor, sofre dez vezes menos do que aquele que nada tem ⁸³. Neste sentido, basta a ociosidade para neles desenvolver instintos viciosos dos quais não tinham consciência antes do cárcere. Sem leis, sem trabalhos, sem nada que lhes pertença especialmente, os homens perdem a sua essência, aviltam-se, tornam-se animais.

Neste sentido, como o dinheiro, bem como o trabalho que possibilitasse a aquisição de qualquer valor monetário, são proibidos, os indivíduos encarcerados passam a roubar os bens de outros presos para alcançarem a própria satisfação. É notável a passagem em que Dostoiévski relata um episódio em que seu companheiro de cela, indivíduo a quem era aficionado, rouba a sua Bíblia para, com o lucro de sua venda, lograr alguns goles de álcool:

⁸¹ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 14

⁸² Dostoiévski, livro eletrônico, p. 14

⁸³ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 55

“Aquilo o assaltava como um acesso de tosse. Foi assim que roubou minha Bíblia, que eu lhe pedira para guardar no meu lugar. Embora ele precisasse dar apenas alguns passos para me fazer esse favor, achou meios de descobrir um comprador, vender a Bíblia e beber o dinheiro. Decerto tinha naquele instante um violento desejo por bebida, desejo que era mister satisfazer de qualquer maneira. Nesses momentos, uma criatura como ele é capaz de assassinar um homem por uma moeda de vinte e cinco copeques, unicamente para obter vodka. Em qualquer outra ocasião desdenharia cem mil rublos. Na mesma noite confessou-me o roubo, mas sem a mínima confusão ou remorso, com absoluta indiferença, como se se tratasse de um acidente ordinário.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 72)

Dessa forma, tornam os presos a ser, pois, repreendidos e oprimidos em um eterno e infindável ciclo, que de nada é útil à sua ressocialização. Em outra passagem, em que se refere a Dutov, um antigo companheiro militar condenado a dois anos de presídio sem privação dos direitos civis, o autor relata a sua grave piora após o encarceramento. Leia-se:

“Depois de cumprir a pena, Dutov – assim se chamava o detento – voltou ao seu batalhão. Acontecera-lhe o mesmo que a todos os seus colegas que são mandados à prisão a fim de se corrigirem: voltam de lá infinitamente mais pervertidos. E, alguns deles, após no máximo umas duas ou três semanas de liberdade, tornam a ser julgados e são devolvidos ao presídio, mas dessa vez vão para a seção dos reincidentes, por quinze ou vinte anos. Assim aconteceu com Dutov. Cerca de três semanas após sua libertação, cometeu um roubo com violência, deu escândalo, revoltou-se. Condenaram-no a severa punição corporal [...].” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 39)

Dessa forma, é evidente na leitura da obra que o presídio e os trabalhos forçados não melhoram o criminoso, mas somente o castigam e garantem a sociedade contra atentados que ele ainda poderia cometer. Tal castigo, ao invés de torna-lo novamente sociável, somente o rebela, e nele desenvolve o ódio e uma completa e terrível indiferença espiritual, restando difícil, ou quase impossível, o seu retorno sadio à sociedade.

2.2.3) As falsas acusações e os prejulgamentos externos

A análise de Dostoiévski aproxima deveras o leitor dos personagens por ele relatados. E, assim como o autor, o leitor também cresce e evolui com a progressão da leitura da obra, aprendendo a modificar seu modo de julgar os presos, mesmo a respeito dos piores

indivíduos. Afinal, diversas são as personalidades que um ser humano pode aflorar num ambiente que devasta a sua psique.

Há na obra os indivíduos que cometeram graves delitos, como assassinatos, estupros, grandes roubos, que são, contudo, muito menos temerosos do que outros cujas consciências não se sobrecarregam de inúmeros crimes. Certas vezes, os seres mais pacíficos no cárcere foram os mais cruéis fora dele. Estes, depois do primeiro impulso criminoso, erguem-se; mais procuram causar pavor, e gozam a repugnância que causam nos outros. Segundo o autor, eles se acometem por uma espécie de desespero por ver resolvida a sua sina, por ser castigado, para não ter que carregar sozinho o fardo da sua iniquidade, o fardo esmagador do seu desespero.⁸⁴ E então, quando capturados, acalmam-se repentinamente, e anulam-se; pedem perdão. Quando afinal estão no presídio, ninguém diria que aquele indivíduo taciturno e frágil fora capaz de matar inúmeras pessoas.

Por outro lado, há os que cometeram crimes tão insignificantes que, em vista das mudanças em sua psique ocasionadas pelo encarceramento, tornam-se impávidos, impõem medo nos demais prisioneiros e cumprem anos de exílio por ordem do governo autoritário. O castigo que lhes é imposto permite quase considerá-los credores de uma indenização governamental. No entanto, todo o mundo reconhecerá que há crimes que desde o início das épocas e sob quaisquer legislações sempre foram assim considerados e que serão vistos como tais enquanto o homem for homem.

“Mas o princípio ‘todos os homens são iguais’ é por demais abstrato. Perde de vista uma infinidade de fatos práticos, impossíveis de compreender quando nós mesmos não os provamos. Não vou querer afirmar que o homem de classe superior, o home instruído, sinta as coisas mais intensamente mais dolorosamente, pelo fato de ser mais desenvolvido. A alma e seu desenvolvimento não se medem por dados fixos. A própria instrução, nesses casos, não poderia servir de medida. Sou o primeiro a reconhecer que entre as pessoas menos instruídas, mais humildes, mais miseráveis, descobri traços do mais perfeito desenvolvimento moral. Assim, pois, no presídio, conheci os mesmos homens durante vários anos. Desprezei-os, de início, não enxergando neles senão animais ferozes. E de repente, no momento mais inesperado, a alma desses homens involuntariamente se expandia. Revelava uma tão grande riqueza de sentimentos, tanta cordialidade, uma compreensão tão clara do próprio sofrimento e dos sofrimentos

alheios, que nos primeiros instantes não acreditava nem nos meus olhos, nem nos meus ouvidos. O contrário também sucede: o homem cultivado desenvolve, às vezes, uma barbárie e um cinismo que nos provocam náuseas, e por mais indulgente, por mais prevenido que se esteja, não se poderia descobrir nele nem justificação nem desculpa.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 171)

O ponto que mais chama a atenção na obra no que tange ao tópico em questão é o que se trata de um certo parricida apresentado pelo autor. Logo no início das *Recordações*, Dostoiévski traz a figura de um nobre, de origem fidalga e antigo funcionário público, que exercera junto ao pai o papel de filho pródigo. Sua vida era tão desregrada e possuía tantas dívidas que mais de uma vez teve de ser contido e censurado. Seu pai, no entanto, que possuía bens diversos, fora encontrado, certo dia, morto. O cadáver estava vestido, preparado; a cabeça encanecida, degolada, fora de seu lugar, e sob ela o assassino colocara um travesseiro. O rapaz não confessou o crime, foi degredado, privado dos seus vários títulos de nobreza e, por fim, condenado a vinte anos de trabalhos forçados.⁸⁵

No entanto, contrariamente ao que a história do indivíduo parecia demonstrar, Dostoiévski relata que, durante todo o tempo em que o conheceu, enquanto encarcerados, nunca o vira senão em excelente estado e disposição de espírito. Nunca observara nele nenhum traço de crueldade. Certa vez acontecia-lhe referir-se ao pai em meio aos diálogos, o que parecia uma bestial insensibilidade. Para os demais presos, não se tratava de um criminoso, ou assassino qualquer, mas de uma falha orgânica, uma monstruosidade física e moral ainda não classificada pela ciência.⁸⁶ Era deveras desprezado pela torpeza de seu crime.

Corroboravam com as acusações as testemunhas, que aparentemente conheciam minuciosamente toda a história do caso, e lhe estabeleciam a culpabilidade de um modo tão irrefutável que ninguém poderia a pôr em dúvida. Inclusive, segundo o próprio autor, as testemunhas o contaram que o indivíduo era desregrado, crivado de dívidas e matara o pai aceso pela ânsia de herdar a fortuna mais depressa. Ainda, toda a cidade natal do parricida era unânime em narrar a história.⁸⁷

⁸⁵ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 14

⁸⁶ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 14

⁸⁷ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 169

No entanto, ao final da obra, Dostoiévski surpreende o seu leitor com uma revelação que recebera enquanto registrava a sua obra. Sua leitura é, de fato, essencial:

“Começando este capítulo, o editor das memórias do falecido Alexandr Petrovitch Goriantchikov sente-se no dever de transmitir ao leitor a seguinte comunicação: [...] Há alguns dias, o editor das Recordações recebeu da Sibéria a notícia de que esse parricida tinha as mãos limpas de sangue e cumprira dez anos de pena no presídio sem os merecer. A própria justiça oficial proclamou-lhe a inocência; os verdadeiros assassinos foram descobertos e confessaram o crime; o infeliz foi solto. O editor não pôde pôr em dúvida a autenticidade dessa notícia. Mas é inútil discuti-las mais. Que adianta deplorar essa existência mutilada em plena juventude, por acusação tão horrenda! Que adianta alongarmo-nos sobre a profundidade trágica desse fato! Ele sozinho fala alto bastante e torna desnecessário insistir. Pensamos, entretanto, que se tais erros ocorrem, a sua simples possibilidade dá um novo e poderoso relevo às cenas da Casa dos Mortos.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 169)

Percebe-se que é difícil julgar, e são diversas as passagens em que o leitor se vê surpreendido por suas próprias conjecturas. Surpreende-se ainda mais quando se dá conta de que não se tratam de produções literárias ou romances ficcionais, mas de relatos de algo que de fato acontecera.

Outro ponto interessante relatado pelo autor são os espetáculos teatrais organizados pelos próprios presos, e que eram ignorados pela administração do presídio. Havia, no cárcere, inúmeros e ardentes conciliábulos referentes à organização desses espetáculos, que seriam apresentados aos próprios presos pelos e pelos próprios presos que se candidatavam à atuação ⁸⁸. Não havia programa escrito e tudo corria com improvisos. Os forçados se envaideciam pelo êxito.

Antes das apresentações, imaginavam que a fama do teatro alcançaria o resto da cidade, tanto mais porque no exterior não havia nenhum outro; só de raro, algum espetáculo de amadores. E como crianças, os presos se animavam com isso. Não restava nenhum lugar desocupado durante as apresentações, que se enchiam de admiradores.

⁸⁸ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 101

Os cenários eram paupérrimos, mas razoáveis para o que lhes era acessível. A pantomima era, no entanto, irrepreensível, e cada gesto perfeitamente exato. Olhando-se aqueles atores improvisados, diz o autor que qualquer espectador espantar-se-ia dizendo: “Quanta força, quanto talento perdido na nossa Rússia, enterrados, por uma insignificância às vezes, no fundo dos presídios ou do degredo!”⁸⁹. Muitas vezes prejudgados, a falta de boas oportunidades na vida desses presos para que pudessem demonstrar seus talentos pode de fato ter sido a grande causa dos seus encarceramentos.

Outro episódio que reflete o falso julgamento externo foi em uma ocasião em que o major Oito-Olhos, que morava em uma casa do governo, pediu para que o preso B-m lhe pintasse as paredes e o teto. B-m se esforçou tanto, que nem mesmo a residência do governador-geral se comparava com a do major.⁹⁰ Tratava-se de uma velha casa de madeira, de aspecto miserável e decadente quando vista de fora; o major ficou radiante:

“Esfregava as mãos, contava a quem queria ouvir que ia casar-se: ‘- Com uma casa assim, não há outra coisa a fazer!’ Acrescentava em tom grave. E estava encantado com B-m e seus ajudantes. O trabalho durou um mês, durante o qual ‘Oito-Olhos’ mudou completamente de ideia a nosso respeito, e começou até a nos proteger. Levou as coisas tão longe que um belo dia mandou chamar J-ki: ‘-J-ki, eu te ofendi, mantei te fustigar sem razão; sei disso e o lamento. Compreendes? Eu o lamento’ [...]. Compreendes que eu, teu chefe, te mandei chamar para te pedir perdão? Sentes isso? Quem és tu diante de mim? Um verme! Menos que um verme! Um forçado! Eu sou major pela graça de Deus! Major, compreendes bem?’ [...]. ‘Então agora faço as pazes contigo; mas estás sentindo isso, estas sentindo de verdade? Em toda a sua grandeza? Serás capaz de o compreender e o sentir? Imagina apenas: eu, eu, um major...’.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p 187)

No entanto, o sonho do major não fora realizado; não se casou, embora estivesse decidido a isso quando terminaram as reparações de sua residência. Em vez disso, fora levado a julgamento e obrigado a pedir demissão. Crimes que cometera no passado, enquanto fora comissário de polícia, vieram à tona. O golpe lhe fora certo, e o julgador passou a ser o

⁸⁹ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 110

⁹⁰ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 187

julgado. A notícia fora recebida na fortaleza com uma transbordante alegria; houve festa, solenidades. Contava-se que o major gemia e choramingava como uma velha.⁹¹

2.2.4) Os crimes cometidos dentro da prisão

Diversos eram os crimes cometidos dentro do cárcere. Todos os presos, por exemplo, roubavam tremendamente entre si. Quase todos guardavam seus objetos em baús trancados à chave que lhes eram dados pela administração, sem qualquer garantia sobre eles. No entanto, não é difícil imaginar que artistas do roubo e do furto se encontravam encarcerados, passando de fato despercebidos pelos oficiais de plantão.

Logo à primeira tarde em que chegara no presídio, relata o autor que os demais presos o fitavam, desconfiados de que trazia consigo dinheiro. Ofereceram-no serviços, ensinaram-no a carregar ferros novos, obtiveram-no, mediante dinheiro, um baú sobressalente para que guardasse seu enxoval de presidiário. Mas, logo no dia seguinte roubaram-no e gastaram todo o lucro obtido na venda de seus bens em bebidas⁹².

Havia também os indivíduos que exerciam a profissão de botequineiro, e enriqueciam rapidamente. Como havia no presídio diversos condenados por contrabando, não há de se espantar a entrada de diversas bebidas alcoólicas, a despeito das buscas e da ostensiva vigilância. O contrabandista trabalha por vício. Segundo o autor, trata-se de um poeta ao seu modo; arrisca tudo, afronta os piores perigos, gasta astúcia, engenho, agilidade incriveis: algumas vezes suas ações parecem até inspiradas⁹³; mas sempre dá um jeito de trazer e vender produtos proibidos no cárcere.

Há também o já citado episódio do companheiro de cela que ao autor furtara-lhe a Bíblia. O crime o fora confessado no mesmo dia. No entanto, a confissão não se deu por arrependimento, mas por pena de se ver o furtado numa incessante busca pelo objeto do

⁹¹ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 188

⁹² Dostoiévski, livro eletrônico, p. 22

⁹³ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 16

crime.⁹⁴ Para o autor, certamente seria aquele homem capaz de assassinar um ser humano por uma moeda de vinte e cinco copeques unicamente para obter álcool⁹⁵.

Os cachimbos também eram severamente proibidos. No entanto, todos fumavam. O fumo era comprado com os mesmos contrabandistas que traziam o álcool. O dinheiro, dessa forma, salvava os presos da monotonia cotidiana, e o trabalho ilegal, que possibilitava que os presos lucrassem, os salvava dos crimes. Sem eles, entredevorariam-se como aranhas fechadas em um frasco. Todavia, proibiam-se o trabalho e o dinheiro⁹⁶, o que de fato contribuía deveras com revoltas e motins.

Quanto aos trabalhos, que eram proibidos, se onerosos, muitos chegavam ao presídio sem a menor noção de um ofício. Todavia, aprendiam com os outros e sempre procuravam ganhar algumas moedas de copeques. Tinha-se sapateiros, carpinteiros, marceneiros, gravadores, douradores, e até um certo judeu, Isai Bumbchtein, a quem os presos confiavam o depósito do dinheiro que adquiriam para que não o fosse subtraído pelos demais ⁹⁷.

Já os que não tinham quaisquer ofícios, entregavam-se a ocupações bastante originais. Alguns comerciavam coisas que fora dali não ocorreria a ninguém comercializar. Por ser o presídio tão pobre, o mais ínfimo dos trapos tinha o seu preso e encontrava uso. A miséria dava ao dinheiro um valor muito diverso do que o que ele tinha fora de lá. A usura florescia deveras, a tal ponto que eram empenhados até mesmo os objetos sujeitos à inspeção⁹⁸, como as roupas brancas marcadas, botas e outros pertences que a administração poderia reclamar a qualquer momento.

Os presos tinham ainda renda proveniente das esmolas adquiridas nos campos de trabalho forçado. Muitas das vezes lhes eram dadas por comerciantes, pequenos burgueses e

⁹⁴ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 16

⁹⁵ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 72

⁹⁶ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 15

⁹⁷ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 15

⁹⁸ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 16

pela plebe em geral. A esmola se fazia de modo contínuo, quase sempre sob a forma de pães, e mais raramente em moedas de pequeno valor. Consoante o autor, se não fosse por essas esmolos, certos presos, mais especialmente os que ainda estavam dependendo de julgamento e que sofriam regime mais severo que os demais condenados, dificilmente poderiam sobreviver no ambiente hostil do cárcere⁹⁹.

“Lembro-me da primeira esmola que recebi. Foi logo após minha chegada. Eu vinha do trabalho de manhã, com um único soldado de escolta. Caminhavam ao meu encontro uma mulher com a filhinha – menina de dez anos, linda como um anjo [...]. Quando me avistou, a garotinha ficou rubra, murmurou algumas palavras à mãe; a mulher se deteve, procurou no cesto um quarto de copeques deu a moeda à criança, que correu para mim... ‘- Toma, desgraçado, recebe este cobre por amor de Nosso Senhor – gritou ela, efiando-me a moeda na mão.’” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 16)

Ainda, frequentemente, durante a noite, eram realizadas buscas nos dormitórios e levavam-se todos, ou alguns, objetos interditos. Por mais bem escondidos que estivessem, alguns de fato caíam nas mãos dos oficiais. Segundo o autor, em parte por essa razão, em vez de economizar na compra de bebidas, apressavam-se os presos em bebê-las¹⁰⁰. Depois de cada busca, além do confisco dos seus bens, o contrabandista sofria uma exemplar punição, mas rapidamente preenchiam-se novamente os estoques, introduziam-se outra vez os objetos e a vida retomava o seu curso.

A despeito da vigilância dos detentos, acontecia às vezes que um dos bêbados caía sob os olhos do major ou de um oficial. Levavam-no então ao corpo da guarda, confiscavam-lhe o dinheiro, caso ainda trouxesse algum consigo, e finalmente passavam-no pelos açoites. O preso sofria o castigo, erguia-se e voltava à caserna. Dentro de poucos dias, no entanto, retomava o seu ofício.

Da leitura da obra, portanto, percebe-se que a administração do presídio restava completamente incompetente em coibir as ilicitudes dentro do próprio cárcere. De certa forma, não é razoável imaginar que o encarceramento resolvia os reais problemas à época. Mas, somente os transferia para dentro da prisão, em quarentena.

⁹⁹ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 16

¹⁰⁰ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 15

2.2.5) As barreiras da liberdade

Dostoiévski também relata as dificuldades encontradas pelos presos depois que tiram seus grilhões e o põem em liberdade. Estas são compostas por barreiras psicológicas e estereotípicas. Tais barreiras são geradas, em suma, pelo estigma de penitenciário que o cárcere instaura no indivíduo.

Logo no primeiro dia em que o preso chega no cárcere, já começa a sonhar com a libertação. A ocupação favorita do autor era contar o tempo que restava de sua pena, de mil diferentes maneiras¹⁰¹. Não conseguia pensar noutra coisa e, pela leitura da obra, percebe-se que todos os privados agiam da mesma maneira.

É notável também a inconcebível leviandade das esperanças dos encarcerados. As esperanças de um prisioneiro nada têm a ver com as esperanças de um homem livre. O homem livre pode esperar uma mudança de sorte, ou a realização de uma ambição qualquer, porém age, vive, e a vida real o arrasta sem cessar. Diferentemente, a vida na prisão não permite tais vicissitudes. A vida no presídio também é vida, mas, como deixa claro o autor, recusa-se instintivamente o preso a acreditar na sua sorte como algo positivo, definitiva, como fazendo parte de sua existência¹⁰².

No presídio, o indivíduo se sente como se fosse uma visita a ser recebida temporariamente. Encara os vinte anos de sua reclusão como se fossem unicamente dois. Convence-se de que aos cinquenta anos de idade, quando soar a hora de sua libertação, será tão jovem quanto é aos trinta apenas. “Ainda terei muito tempo bom para viver”, cisma ele. E eram vários os antigos, frágeis, de cabelos brancos, raciocinando dessa forma. Enxotam, dessa forma, incansavelmente, os tristes e maus pensamentos que o acometem a esse respeito. Segundo o autor, até mesmo os condenados à pena perpétua em reclusão têm como certo que

¹⁰¹ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 67

¹⁰² Dostoiévski, livro eletrônico, p. 67

um belo dia virá da capital uma ordem que o mandará para as minas de trabalho forçado, e a vida no comboio é bem melhor que a no presídio ¹⁰³.

Relata o autor, em certa passagem, um companheiro de cárcere, o qual vira com terror consumir-se no presídio como uma vela. Entrara ao mesmo tempo que ele, ainda jovem, belo e forte. Quando saíra, era apenas um farrapo de homem, asmático, encanecido, com as pernas trêmulas, e vivia a repetir: “Quero viver e viverei!”¹⁰⁴. Resta-lhe uma derradeira e ilusória esperança de que a vida será como antes.

Para alguns, no entanto, findavam-se as esperanças da vida pós cárcere. Em outro momento da obra, o autor fala acerca de um ávido leitor da Bíblia que fora seu companheiro de cárcere. Certo dia enlouquecera, atirando um tijolo no major do presídio. Declarou que atacara o major sem ódio, simplesmente levado pelo desejo de sofrer ¹⁰⁵. Certamente, é impossível viver sem esperanças, e o homem acabou procurando a morte por intermédio desse martírio involuntário.

Outros, mais audaciosos, procuravam a liberdade por intermédio da fuga. Como conta o autor, em vista de suas experiências enquanto encarcerado, o detento que passou dois anos ou três numa fortaleza começa a dar valor a esse lapso temporal e põe-se involuntariamente a pensar que será melhor ficar ali até o fim da pena, sem trapalhadas, sem perigos. Terminada a pena, sairia como colono livre, legalmente. Mas, um cálculo dessa natureza só poderia se dar aos presos cuja condenação é curta. Os que têm a sua frente longos anos de condenação estão dispostos a correr quaisquer riscos ¹⁰⁶.

No entanto, apesar da ânsia pela liberdade, o mundo que esperava os presos do lado de fora já seria completamente avesso à infâmia que carregavam consigo. Como já citado, os indivíduos encarcerados recebiam ainda uma marca de ferro em brasa na testa, estigma eterno do réprobo. Associado ao fato de que viviam em condições deveras degradantes tanto física

103 Dostoiévski, livro eletrônico, p. 67

104 Dostoiévski, livro eletrônico, p. 67

105 Dostoiévski, livro eletrônico, p. 170

106 Dostoiévski, livro eletrônico, p. 191

quanto psicologicamente, tornava-se impossível ter uma vida normal dentro daquela liberdade ilusória na qual eram inseridos quando soava o término de seus martírios.

2.3) DE PROFUNDIS

No ano de 1885, Oscar Wilde, autor louvado e renomado por peças como “Salomé” e obras como “O retrato de Dorian Gray”, foi condenado por “atos imorais com rapazes” a dois anos de prisão. Dessa experiência nasceu *De Profundis*, publicada postumamente em 1905, em Londres. No prefácio, escrito por Robert Ross, grande amigo e executor literário do autor, aponta-se que: *“Este livro quase não necessita de introdução ou explicações. Só quero deixar registrado que foi escrito pelo meu amigo Oscar Wilde durante os últimos meses que passou na prisão, sendo a única obra que escreveu enquanto esteve preso e também seu último trabalho em prosa”*.¹⁰⁷

Na introdução, feita pelo seu filho Vyvyan Holland¹⁰⁸, é dito que a obra fora redigida sob a forma de carta, endereçada ao seu amigo íntimo e suposto amante, Sir Alfred Douglas, vulgo Bosie, acusando-o de toda a sua ruína e desonra. Também, Vyvyan nos traz alguns dados interessantes à tona, como o fato de que o manuscrito original fora escrito em oitenta folhas de papel azul encimado pelas Armas da Coroa, fornecidas pela direção do presídio. A regra era que Wilde só pudesse receber uma folha por vez, e esta, quando preenchida, era retirada e substituída por outra. Ainda, é dito que, consoante o regulamento do Presídio, nada que tivesse sido escrito por um prisioneiro poderia sair da prisão, exceto cartas que, mesmo assim, eram examinadas cuidadosamente e censuradas pelas autoridades carcerárias.

No entanto, consentiu o diretor da prisão de Reading, na qual o autor ficara encarcerado, em entregar o manuscrito original por Wilde redigido. Tratou o escritor então de entregá-lo a Robert Ross, encarregando-o de sua publicação. Com a morte de Wilde, Ross, ao invés de publicá-lo, fez uma cópia da obra, lacrou o manuscrito original, e doou-o ao Museu Britânico sob a condição de que deveria ser mantido lacrado durante sessenta anos, findos os quais seria

¹⁰⁷ Wilde, livro eletrônico, p. 4

¹⁰⁸ Segundo filho de Wilde, responsável pela publicação da versão completa de *De profundis*.

de esperar-se que todos os mencionados nas cartas já estivessem mortos, evitando-se desgastes e conflitos desnecessários.

Não satisfeito, por óbvio, o lorde Alfred Douglas ajuizou diversas ações judiciais contra Ross e contra o Museu a fim de se defender das acusações proferidas por Wilde, ganhando o direito de ter em sua posse uma cópia da carta para suas fundamentar suas alegações. Dessa forma, a fim de garantir os direitos de publicação, Ross publicou a cópia do manuscrito original, que fizera aprioristicamente, no ano de 1905.

Quanto à obra, além de tratar-se de uma longa carta endereçada a Alfred Douglas que se destaca, na visão de Wilde, como um ser humano avarento, mimado, insolente e extravagante e condena a tal malfadada e lamentável amizade à sua ruína e desonra pública, é também um espaço onde o autor expõe suas ideias brilhantes sobre a arte, onde revela sua nova concepção de vida e dá à dor preponderância maior que à beleza no aperfeiçoamento e no destino do homem.

Enquanto preso, lutando por fazer as pazes com o seu próprio destino, o autor inicia uma profunda reflexão sobre a sociedade, o sofrimento, sobre Cristo, sobre o autoconhecimento, a razão, a religião, o perdão, e etc. No decorrer disso, encontra as revelações que tanto buscava e que, como ele mesmo diz em diversas passagens do texto, seria bem provável que as tivesse conseguido de forma diversa, senão preso.

Aliado a isso, mistura relatos da realidade nua e crua do cárcere, demonstrando uma intersecção de toda a crueldade e sofrimento infringidos neste ambiente com a psique do indivíduo encarcerado. Há escritores que se mostram deveras extraordinários, e tudo o que tocam vira arte, sendo esta a intenção deles ou não – e *De Profundis*, de Wilde, prova-se uma completa obra prima.

Neste ínterim, é evidente o fato de que a prisão em nada modifica a índole do ser humano. As privações e as restrições tornam os indivíduos cada vez mais rebeldes. A prisão, para Wilde, tanto no dia quanto na noite, é reservada apenas para o sofrimento e para as

lágrimas.¹⁰⁹ Em diversas passagens o autor relata sua ânsia pela morte, sua vontade de suicídio.

Por fim, Wilde discorre alguns fatos marcantes da sua saída do presídio; atos que poderiam tornar a vivência no cárcere tanto mais fácil. Descreve a emoção de poder ler o primeiro livro depois de tanto tempo encarcerado, posto que a arte era proibida na prisão de Reading.

Dessas lições, em contraposição à realidade cruel em que se encontra, o autor preza pela manutenção do amor em seu coração, única fonte de vida; único meio de se manter a esperança de que ainda existe vida fora do cárcere. “*Tenho de conservar o Amor no meu coração, a qualquer preço. Se for para a prisão sem amor, que será da minha Alma?*”¹¹⁰. Dessa forma, Wilde nos apresenta um espaço onde os indivíduos menos instruídos, mais humildes, mais miseráveis, que são vistos como animais ferozes *a prima facie*, grande parte das vezes apresentam traços do mais perfeito desenvolvimento moral. Desprezando-os, de início, no momento mais inesperado a alma desses homens se expandia involuntariamente, revelando-se uma grande riqueza de sentimentos e cordialidade. Havia, entre eles, uma compreensão clara do próprio sofrimento e dos sofrimentos alheios, fazendo com que os momentos desnecessários de açoites, torturas e crueldades fossem mais facilmente superados.

2.3.1) O sistema de privações desmedidas

Por mais que *De Profundis* não foque tanto em relatar o cotidiano do autor enquanto encarcerado, visto tratar-se de uma carta endereçada ao seu suposto amante, cabe ressaltar que este tópico não é, de fato, um ponto tão explorado por Wilde. Mas, os seus lados emocionais e psicológicos, que transbordam na obra em questão, serão de fato úteis para se complementar a análise a que aqui se propõe nos demais tópicos. No entanto, são notáveis e passíveis de extração das escrituras do autor elementos que demonstram que o sistema de privações desmedidas, arquétipo do cárcere, é deveras prejudicial à recuperação do indivíduo encarcerado.

¹⁰⁹ WILDE, O. *De Profundis*. Ed. Martin Claret, São Paulo: 2004. P. 18.

¹¹⁰ WILDE, O. *De Profundis*. Ed. Martin Claret, São Paulo: 2004. P. 52.

Pode-se citar algumas passagens nas quais o autor demonstra que sofre com imposição de medidas desnecessárias e que poderiam de fato serem evitadas a fim de se verem cumpridos os fundamentos últimos da aplicação de uma pena de encarceramento. Logo no início da obra, por exemplo, enquanto justifica as razões que o levaram a escrever a carta para Bosie acusando-o de toda a sua ruína, diz a ele um pouco do que é estar encarcerado. Observe-se:

“Início por te contar que me culpo imensamente. Enquanto estou sentado nesta cela escura, vestido com roupas de condenado, um homem desgraçado e arrasado, culpo-me. Nas perturbadas e irregulares noites de amargura, nos longos e monótonos dias de agonia, é a mim mesmo que culpo. Culpo-me por ter permitido que uma amizade não intelectual, uma amizade cuja primeira finalidade não era a criação e a contemplação de coisas belas, dominasse completamente a minha vida. [...]. Deves ler esta carta do princípio ao fim, embora cada palavra possa te parecer como a faca do cirurgião, que faz a delicada carne arder ou sangrar. [...]. Se encontrar nela somente uma única passagem que te faça vir lágrimas nos olhos, chora como nós choramos na prisão, onde o dia, tal como a noite, é reservado às lágrimas.” (Wilde, 2004, p. 18-19)

Em outra passagem, complementa com um questionamento acerca do sofrimento, bem como do distanciamento da real felicidade quando no cárcere. Leia-se:

“Mas nós, que vivemos na prisão, e em cujas vidas não há acontecimentos, mas sofrimento, temos que medir o tempo pelas pulsações da dor, e pela memória dos momentos amargos. Não temos mais nada em que pensar. E o sofrimento – por mais curioso que isso possa te parecer – é aqui o meio pelo qual existimos, porque é o único meio através do qual nos tornamos conscientes da existência [...]; entre mim e as memórias da felicidade há um abismo não menos profundo que aquele que existe entre mim e a felicidade real.” (Wilde, 2004, p. 32)

Tais restrições, como se verá seguinte tópico, são de fato inúteis em vista do cumprimento dos fundamentos últimos da pena, qual seja, a completa ressocialização do indivíduo criminoso. Tais medidas apenas rebelam ainda mais o criminoso. E, aquele que está em estado de rebelião dificilmente será novamente incluído na sociedade,

2.3.2) A manifestação negativa do cárcere na psique do indivíduo encarcerado

Neste tópico é interessante o modo como o cárcere atinge negativamente a psique do autor, que já passava por momentos difícil recuperação mental em vista da situação amorosa conflituosa em que se encontrava. Trabalha muito bem Wilde com o amor – não o amor pelo seu antigo companheiro, a quem acusa o autor por toda a sua ruína, mas o amor pela vida, como sentimento essencial e indelével do homem. Inclusive, sempre que a ele se refere, utiliza-se da letra maiúscula para ressaltar-se a sua relevância. Sem amor, viver na prisão tornar-se-ia impossível.

“Não preciso te dizer que o vi (Bosie) claramente na superioridade, tal como o vejo agora. Mas, disse para mim mesmo: ‘Tenho de conservar o Amor no meu coração, a qualquer preço. Se for para a prisão sem Amor, que será da minha alma?’” (Wilde, 2004, p. 52)

Quanto a situação do autor enquanto encarcerado, já não mais possuía nome. Na enorme prisão onde se encontrava, então, encarcerado, era apenas o número e a letra de uma pequena cela numa longa galeria¹¹¹; um dos milhares de números inanimados e sem vida - e eram milhares as vidas sem vida.

O ambiente degradante associado às privações e restrições ostensivas faziam com que o sofrimento degradante se transformasse em um longo momento. Os registros de humores eram poucos. Para Wilde, o tempo, dentro dos presos, não prospera. Regressa. Parece circular à volta de um centro de dor ¹¹².

Ainda, a paralisante imobilidade de uma vida dentro da qual todas as conjunturas são reguladas segundo um padrão inalterável fazia com que o cotidiano fosse extremamente torturante. A vida era programada durante o decorrer do dia segundo as leis inflexíveis de uma fórmula de ferro. E, as celas escuras e sombrias refletiam diretamente a situação da psique dos indivíduos encarcerados.

¹¹¹ Wilde, 2004, p. 55

¹¹² Wilde, 2004,p. 59

“Da sementeira e da colheita, dos apanhadores que se curvam sobre o milho, ou dos vindimadores que se espalham ao longo das vinhas, da erva do pomar, branca com a queda das flores ou coberta de frutos caídos, nada sabemos e nada podemos saber. Para nós, há simplesmente uma estação, a estação da Dor. O próprio sol e a Lua parecem nos ter sido roubados. Lá fora o dia pode estar azul e dourado, mas a luz que entra pelo vidro fosco da pequena janela de grades de ferro diante da qual nos sentamos é cinzenta e fraca. É sempre crepúsculo na nossa cela, tal como é sempre meia-noite no nosso coração.” (Wilde, 2004, p. 60)

Reflete o autor ainda acerca da morte de sua mãe e da sensação de impotência enquanto encarcerado em relação a isso, visto que quiçá poderia despedir-se dela.¹¹³ Após tal notícia, restou na completa solidão, isolado de tudo aquilo que lhe poderia trazer consolo ou sugerir alívio. Carregara, então, sozinho o peso insuportável do remorso que aquela perda colocava sobre os seus ombros.

Outrossim, quando tal ferida começava a cicatrizar, recebera a notícia de que, em vista de seu processo de encarceramento, perderia a guarda de seus filhos. Trata-se da passagem mais desoladora para o autor na obra.

“Fui imediatamente insultado e ameaçado com a pobreza. Mas esse fato, sou capaz de suportá-lo. Mas os meus filhos são-me tirados por processos legais. Isto é, e continuará a ser, para mim, uma fonte de infinita mágoa, de infinita dor e sofrimento sem fim e sem limites. Que a lei decida, e tome a responsabilidade de decidir, que eu não posso estar com meus filhos é para mim uma coisa apavorante. A desgraça da prisão nada é comparada a isso.” (Wilde, 2004, p. 68)

Quanto aos reflexos dessa manifestação em sua psique, enquanto encarcerado, relata o autor a produção em sua natureza de um desespero selvagem; um abandono à dor que fazia pena ver; uma raiva terrível e impotente, amargura e desprezo, angústia que chorava alto. Relatava miséria que não encontrava voz, mágoas mudas¹¹⁴. Passara por todos os estados de

113 Wilde, 2004, p. 68

114 Wilde, 2004, p. 71

sofrimento existentes, e sintetiza-os numa frase de Wordsworth: “O sofrimento é permanente, obscuro e negro; e tem a natureza do Infinito.”¹¹⁵

Ainda, diz que enquanto estava na prisão, ansiava morrer. Refletia possíveis formas de suicidar-se quando fosse libertado¹¹⁶. Movia-se vagarosamente através do tempo, sem precisar voltar a falar do quanto o tempo passava vagarosamente na prisão.

“E não preciso voltar a falar de como o tempo demora a passar para nós que estamos na prisão, nem da solidão e do desespero que se espreitam para dentro da nossa cela, e para a cela do nosso coração, com tão estranha persistência, que temos como que ornar e polir a nossa casa para a tua chegada, como para um convidado desagradável, ou para um patrão duro, ou para um escravo de quem nos ocorreu em sorte ou de quem escolhemos ser escravo.” (Wilde, 2004, p. 82)

Os que não ansiavam morrer, em vista da confusão mental que lhes era infligida, tornavam-se rebeldes. Aquele que está em estado de rebelião não pode receber a graça – para usar uma palavra religiosa. O estado de rebelião fecha os canais da alma e impede o homem de raciocinar.

“É assim que a vida da prisão, com tuas infindáveis privações e restrições, torna-nos rebeldes. O mais terrível não é partir o coração – pois os corações são feitos para serem partidos -, mas transformar-nos os corações em pedra. Às vezes sentimos que só com uma testa de aço e um trejeito de desprezo poderemos chegar ao fim do dia.” (Wilde, 2004, p. 82)

Dessa forma, da leitura da obra, percebe-se o quanto o cárcere infligia negativamente na psique do autor. Ainda, torna-se notável o fato de que a opressão desmedida somente se reflete em uma maior rebeldia do preso e na incapacidade de fazer com que a sua devolução à sociedade se dê com êxito.

2.3.3) Do prejulgamento do indivíduo encarcerado

¹¹⁵ Wilde, 2004, p. 71

¹¹⁶ Wilde, 2004, p. 78

Em Wilde, é expressivo o fato de que o indivíduo preso é visto dentro de um estereótipo de fato inconcebível. Como visto, fora preso por ser homossexual. Relata o autor que à época algumas pessoas aconselhavam-no que tentasse esquecer quem fora, ou que talvez, quando saísse, tentasse esquecer que fora preso ¹¹⁷. Trata-se de um conselho danoso, com o qual sabia que ter-se-ia de conviver para o resto de sua existência.

Sua experiência enquanto preso, contudo, fez com que enxergasse que as coisas materiais têm escassa importância. O autor, que era nobre, e adquiria diversos bens, sempre ostentando luxos, passa a refletir acerca da existência real dessas coisas, bem como de suas necessidades na vida do homem. Percebe, então, que o espírito é que tem importância ¹¹⁸.

Tal vivência fora essencial para a escrita de sua obra, que surpreende o leitor ao transformar todo o ódio existente face a Bosie em uma lição de humildade, humanidade e perdão. É perceptível a mudança crescente - não nos regulamentos, posto que fixados por regras, mas no espírito que o autor utiliza como sua expressão.

Naquele momento, passa deixar sua vaidade de lado; esta que tinha aprisionado sua imaginação, colocado barras nas janelas cujo guarda chamava-se ódio. Passa então a valorizar momentos de amabilidade com outros presos. A humildade esteve presente consigo na prisão, mas nunca fora enxergada por quem esteve do lado de fora da prisão.

Para Wilde, as lições da humildade são mais facilmente aprendidas por quem não começa o dia ajoelhado e limpando o chão de uma cela ¹¹⁹. Em determinado momento, cita Hamlet, como forma de demonstrar que a verdade para o preso não é a mesma verdade para os homens livres: “Afasta-o da felicidade por algum tempo e faz com que suspire de dor neste mundo cruel” ¹²⁰.

117 Wilde, 2004, p. 75

118 Wilde, 2004, p. 100

119 Wilde, 2004, p. 82

120 Wilde, 2004, p. 78

Assim, ensina ao leitor que a humildade é a melhor descoberta que poderia ter. É o ponto de partida para uma nova vida:

“Ela é a única coisa que me resta, a minha última e melhor descoberta, o ponto de partida para uma nova vida. E fui eu mesmo quem a descobriu dentro de mim, por isso sei que ela chegou no momento certo. Não poderia ter surgido antes nem depois. Se alguém me tivesse falado nela, eu a teria rejeitado, se me tivesse sido apresentada, eu a teria recusado. Mas como fui eu mesmo a encontrá-la, quero guardá-la para mim. É preciso que o faça pois ela é a única coisa que contém os elementos da vida, de uma nova vida, a *Vita Nuova* para mim. Entre todas as coisas, é ela a mais estranha, não podemos dá-la a ninguém e ninguém pode dá-la para nós. É impossível obtê-la, a menos que concordemos em nos desfazer de todos os nossos bens. E só quando perdemos tudo é que descobrimos possuí-la.” (Wilde, 2004, p. 44)

Dessa forma, seguindo-se o raciocínio de Wilde, a influência contaminadora na prisão era exercida por todo o sistema penitenciário – o diretor, o capelão, os carcereiros, a cela solitária, as celas de isolamento, a péssima alimentação, o tipo de disciplina - bem como dos que prejudicavam os encarcerados como se somente devessem ser castigados pelo crime que cometeram, e não pelos prisioneiros. Do contrário, segundo o autor, a única influência realmente humanizadora na prisão era a influência dos prisioneiros ¹²¹. O seu bom humor sob terríveis circunstâncias, a solidariedade, humildade, gentilezas, e os sorrisos amáveis de saudação quando se encontram, a total submissão às punições; são seres extremamente dignos com os quais aprendera o autor diversas lições. Diz, ainda, não havia um único homem na prisão que não aceitasse de bom grado cumprir a punição fruto da condenação de três crianças¹²².

Wilde via nos olhos dos companheiros a maior solidariedade e piedade. O sofrimento em comunidade acabava tornando as pessoas bondosas entre si. Ao perambular certa vez pelo pátio, sentiu com prazer e conforto o que seu amigo denominou “o encanto rítmico e silencioso da companhia humana”¹²³. Nisso, e em muitas outras coisas, é que os defensores da

¹²¹ Wilde, livro eletrônico, p. 88

¹²² Wilde, livro eletrônico, p. 88

¹²³ Wilde, livro eletrônico, p. 89

opressão desmedida no sistema carcerário e pessoas desse tipo estão errados. Não são os prisioneiros que precisam de correção. São as prisões.

2.3.4) A falsa liberdade após o encarceramento

É notável, da leitura da obra de Wilde, que o preso, quando posto em liberdade, carrega para sempre consigo o fardo de ex-presidiário. Essa falsa sensação de liberdade é apresentada e relatada pelo autor em diversas passagens da obra. O indivíduo não é bem aceito quando retorna à sociedade, e a continuação da vida pretérita torna-se impossível.

A nossa presença lança uma sombra sobre o prazer dos outros. Quando voltamos, ninguém mais deseja a nossa companhia. Não podemos rever a claridade da lua e até os nossos filhos nos são tomados. Negam-nos a única coisa que poderia nos curar e nos manter inteiros, a única coisa capaz de consolar o nosso coração ferido e pacificar a nossa alma que sofre. (Wilde, 2004, p. 69)

Quando são libertados, a grande maioria dos homens carrega consigo a prisão e escondem-na no coração como se fosse uma desgraça secreta. Finalmente, como pobres criaturas envenenadas, deixam-se sucumbir. E, para o autor, é errado que tenham de fazê-lo, e é errado, incomensuravelmente errado, da parte da sociedade, forçá-los a isso¹²⁴.

A sociedade, de acordo com o pensamento de Wilde, apropria-se do direito de condenar o indivíduo a castigos espantosos e também comete o supremo pecado da negligência ao não perceber as consequências que podem ser geradas por seus atos. Depois que o preso cumpre a sua sentença, ela o abandona à própria sorte; isto é, abandona-o no exato momento em que começa o seu mais importante dever para com ele.

Dessa forma, estando realmente envergonhada das suas ações, a sociedade rejeita e despreza o indivíduo a quem puniu da mesma forma como as pessoas rejeitam a um credor a quem não podem pagar, ou a alguém a quem condenaram a um mal irreparável, imperdoável e irredimível.

124 Wilde, 2004, p. 76

De minha parte, posso afirmar que, se sou capaz de entender o que sofria, a sociedade deveria ser igualmente capaz de entender o quanto me fez sofrer e que entre nós não deveria haver nem ódio nem rancor. (Dostoiévski, 2004, p. 76)

Ainda, por tratar-se de uma pessoa pública, Wilde reflete deveras acerca da demasiada exposição a qual seria submetido. Para ele, sob muitos aspectos, os demais presos seriam muito mais felizes do que ele ao saírem da prisão, pois bem pequenos os caminhos da cidade cinzenta ou do campo verde que saberiam dos erros que cometeram; não precisariam ir muito mais longe do que a distância que um pássaro percorreria entre o alvorecer e a madrugada para encontrar quem desconheça inteiramente o seu passado¹²⁵.

Para Wilde, contudo, o mundo restava encolhido, de certa forma. Veria seu nome escrito com chumbo sobre pedras espalhadas por toda a cidade. Segundo ele, apenas um passo, se tanto, separava a fama da infâmia¹²⁶.

Quanto ao aspecto artístico e profissional, reflete o autor que passaria a se interessar e conviver apenas com os artistas e os que já sofreram, aqueles que conhecem a beleza e o sofrimento – ninguém mais o interessava¹²⁷. As pessoas, segundo ele, eram forçadas a adotar uma atitude qualquer a seu respeito e, ao fazê-lo, estavam julgando não apenas a ele, mas a si próprias. Não exigia, dessa forma, que a vida lhe desse algo em troca. Sua única preocupação passou a ser sua saúde mental diante da vida como um todo.

Havia constante trabalho psicológico para que o autor aceitasse sua própria condição. Acreditava ele que não sentir vergonha de ter sido castigado era a primeira meta a se atingir em benefício de seu próprio desenvolvimento¹²⁸. Depois, tentaria aprender a ser feliz em um mundo que o rejeitava. Antes do cárcere, fazia-o por instinto – era sempre primavera em seu

¹²⁵ Wilde, livro eletrônico, p. 48

¹²⁶ Wilde, livro eletrônico, p. 48

¹²⁷ Wilde, livro eletrônico, p. 48

¹²⁸ Wilde, livro eletrônico, p. 48

coração, sua vida era de prazer até a borda. Após ser libertado, muitas vezes tinha extrema dificuldade até mesmo em imaginar a felicidade¹²⁹.

Enfim, sonhavam os presos com a liberdade, mas mal sabiam que a vida não seria a mesma após tantos anos encarcerados. O mundo os rejeitaria, a sociedade os desprezaria e encontrariam extrema dificuldade de encontrar a real felicidade. Percebe-se, portanto, que tornar-se de fato livre após o cumprimento de pena era mera ilusão, posto que o indivíduo era inteiramente abandonado no momento em que mais precisaria ser zelado.

3) DAS POSSÍVEIS MELHORIAS E SOLUÇÕES DO SISTEMA CARCERÁRIO SEGUNDO OS AUTORES

3.1) GRACILIANO RAMOS

A principal crítica de Ramos no que tange ao sistema carcerário girava em torno da incapacitação do preso para realizar atividades que lhe dessem prazer. Tal incapacitação, referente a atividades que muitas das vezes mantinham a esperança do indivíduo preso em recuperar-se e retornar à sociedade, não era nem dada de forma direta, mas indireta. A desmedida imposição do medo e os maus tratos, bem como o abandono do Estado face à situação em que o cárcere se encontrava, infligiam diretamente na capacidade mental do indivíduo encarcerado. No caso do autor, o que mais lhe fazia falta era a produção literária, e constantes eram, portanto, suas reprimendas ao então modelo prisional em que passou parte da sua vida.

Desde que entrara no presídio, claríssimas eram suas intenções de continuar seu ofício de escritor. No entanto, desde o início dos seus relatos, seu intento fora de fato suprimido, seja pelo constante deslocamento ¹³⁰, ou pela própria falta de tranquilidade ou maus tratos infligidos pelo cárcere. Ainda no momento em que o autor organizava seus pertences à espera dos oficiais que viriam prendê-lo, ouvindo opiniões e notícias alheias acerca de seu

¹²⁹ Wilde, livro eletrônico, p. 49

¹³⁰ Ramos, 1998, p. 60

encarceramento e pensando no futuro de sua produção escrita, já previa que não seria fácil continuar a realizar a atividade que mais lhe dava prazer:

“A usina do deputado José da Rocha; a opinião severa de Benon Maia Gomes; um tenente mulato a perfilar-se, depois a girar num corrupio: - “Um gênio, é o que ela é”; Rubem Loureiro transmitindo-me um recado custoso de Osman, no gabinete cheio de peças de fazenda, processos e volumes do *Literatura Internacional*; a nobreza de Miguel Baptista, exposta num rápido cochicho; indispensável arranjar um livro, a lápis, em pedaços de papel, frustrar com ele a monotonia da prisão. Este último pensamento vinha sempre, teimoso, não havia meio de suprimi-lo. Dar-me-iam a tranquilidade necessária para fazer o livro? Provavelmente não dariam.” (Ramos, 1998, p. 60)

Enquanto, rumo ao cárcere, corrigia um romance que registrara antes de ser preso, reflete acerca da dificuldade de continuar seu ofício.

“Burrice imaginar que me seria possível atamancar um romance além das grades. Nem conseguia meio de consertar o que d. Jeni datilografava. Isto me afligia: defeitos por todos os cantos, prosa derramada e insípida. O conto que havia ficado na gaveta precisava também de numerosas emendas, cortes, substituições. Entretanto eu o mandava copiar e remeter a um país estrangeiro, coisa que, no meu juízo perfeito, não faria [...] E era-me necessário dedicar-me a ela de qualquer modo, exportá-la em contrabando se o mercado interno a recusasse”. (Ramos, 1998, p. 61)

Outro problema, segundo o autor, era que a crítica policial, a mesma supracitada que acreditava que popular e comunista tinham a mesma significação, era tão estúpida que julgava a produção artística não pelo conteúdo, mas pelo nome do autor¹³¹. Neste sentido, dificilmente veria suas obras sendo publicadas. Por mais que sempre revisasse suas obras, entregando ao público literário uma obra de qualidade invejável, vivia em uma sombra, da qual dificilmente sairia enquanto encarcerado.

“Eu vivera numa sombra razoável, quase anônimo: dois livros de fôlego curto haviam despertado fraco interesse e alguma condescendência desdenhosa. Eram um rabiscador provinciano detestado na província, ignorado na metrópole. Iriam analisar-me os romances, condená-los, queimá-los, chamar para eles a atenção da massa? Ou lançar-me-iam tacitamente culpado no meio de criminosos, indivíduos que sempre desejei conhecer de perto? De qualquer jeito me apresentariam sociedade nova, me proporcionariam elementos

131 Ramos, 1998, p. 97

para redigir qualquer coisa menos inútil que os dois volumes chochos encalhados nas prateleiras dos editores [...]. Sempre compusera lentamente: sucedia-me ficar diante da folha muitas horas, sem conseguir desvanecer a treva mental, buscando em vão agarrar algumas ideias, limpá-las, vesti-las; agora tudo piorava, findara até esse desejo de torturar-me para arrancar do interior nebuloso meia dúzia de linhas: sentia-me indiferente e murcho, incapaz de vencer uma preguiça enorme subitamente aparecida, a considerar baldos todos os esforços.” (Ramos, 1998, p. 97)

Sua tentativa de escrever um simples diário já lhe era tarefa quase impossível. Segundo ele, não havia quaisquer possibilidades de sentir-se motivado dentro de um ambiente hostil como aquele¹³². Os fatos eram repisados, banalizados e apenas quatro ou cinco sobressaíam-se. Mas, ao dar-lhes forma, via-os reduzidos, insignificantes. Era difícil enxergar neles alguma circunstância que lhes desse relevo e brilho: saíam naturalmente apagados, chatos e irremediáveis¹³³.

“Havia chumbo na minha cabeça. E eu imaginara fabricar uma novela na cadeia, devagar, com método, página hoje, página amanhã. Lembrava-me da opinião lida anos antes sobre a arte dos criminosos, arte ruim. E vinham-me dúvidas. Seriam essas criaturas naturalmente insensíveis, brutas, lerdas? Talvez o cárcere lhes roubasse as energias, embotasse a inteligência e a sensibilidade.” (Ramos, 1998, p. 98)

No final da obra, momentos antes de ser libertado, já no Rio de Janeiro, tendo retornado da Colônia de Recuperação da Ilha Grande completamente deficiente e frágil, não havia, ainda, Ramos desistido de produzir literatura. Enquanto encontrava-se no hospital de recuperação, indignado por ter que comprar os próprios remédios de que necessitava, fora surpreendido pelo diretor do presídio, que prometeu que lhe arranjará um bom lugar para que escrevesse, informação esta que fora recebida pelo autor com a devida ironia¹³⁴.

Dessa forma é deveras perceptível, com a leitura da obra, o quanto a impossibilidade de exercer a escrita, atividade, que movia a vida de Ramos, lhe era traumático. Mantê-lo preso em um ambiente hostil e completamente degradante a sua psique de nada adiantaria a uma

132 Ramos, 1998, p. 97

133 Ramos, 1998, p. 98

134 Ramos, livro eletrônico, p. 7928

esperada recuperação, ainda que não houvesse crime a ser punido, posto que se tratasse de uma prisão política, por excelência. Neste sentido, entende-se que retirar do preso a execução de atividades que lhe dão prazer e o façam acreditar que pode existir vida além do ultrajante ambiente que é o cárcere.

3.2) FIÓDOR DOSTOIÉVSKI

Dentre as principais críticas de Dostoiévski quanto ao cárcere, o afastamento do indivíduo encarado das suas ocupações pessoais é, sem dúvidas, a mais notável. Tais ocupações consistem nas atividades que proporcionam prazer ao indivíduo, bem como uma vontade de continuar a viver, a ressocializar-se. Caso exercidas, fariam enorme bem aos presos. Os trabalhos que lhes eram apresentados na prisão não eram ocupações, mas penitências. Aumentava-se, portanto, o ódio no indivíduo preso em face do agente punidor.

“Sem os afazeres pessoais aos quais se dedica com toda a alma, com todo o espírito, o forçado não resistiria. Como, realmente, arrancadas à sociedade e a uma existência normal, criaturas fortemente propensas a viver, desejosas de viver, poderiam se portar normalmente, naturalmente, com boa vontade e bom humor?” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 15)

Segundo o autor, bastaria a ociosidade para desenvolver nos presos instintos viciosos dos quais não tinham consciência antes ¹³⁵. Sem o seu trabalho e sem nada mais que o pertença, torna-se o homem um animal. Em uma passagem em que se refere aos períodos de inverno no cárcere, o autor relata que os encarcerados se utilizavam das tediáveis e intermináveis noites frias para trabalhar escondidos, posto que o trabalho não lhes era permitido ¹³⁶. Inclusive, muitos dos presos chegavam ao presídio sem a menor noção de um ofício, todavia aprendiam com os outros e, quando livres, saíam dele providos dum bom ganha-pão¹³⁷.

¹³⁵ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 15

¹³⁶ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 15

¹³⁷ Dostoiévski, livro eletrônico, p. 15

“Tínhamos lá sapateiros, marceneiros, carpinteiros, gravadores, douradores. E até mesmo um certo judeu, Isai Bumchtein, descobriu a maneira de ser simultaneamente ourives e usurário. Todos procuravam ganhar alguns copeques. Vinham encomendas da cidade. O dinheiro em si já representa liberdade [...]” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 15)

Dessa forma, cada forçado passava a ter uma ocupação pessoal, e isso representava uma naturalíssima exigência da vida na prisão. Ademais, fazia com que o preso ganhasse algum dinheiro, e os detentos presavam tanto o dinheiro quanto a liberdade. Sentia-se um consolo em fazer retinir algumas moedas dentro do bolso, e ficava pouco à vontade, inquieto e triste quando não tinha dinheiro nem meios de o obter.

Trabalhos ao ar livre, e fora do cárcere, também eram alvo de críticas positivas pelo autor. Certas vezes, realizava trabalhos forçados nas margens do rio Irtych, que lhes eram menos desgostosos do que os demais. Quando os realizava, sentia que forças lhe cresciam, e sentia que a vontade de continuar vivendo e sair do cárcere em liberdade aumentavam.

“Se encontrava prazer nesse trabalho, não era apenas porque ele me fortificava, mas porque se realizava na margem do Irtych. Era o único local - e por isso falo nele com tanta frequência – de onde se podia entrever o universo, os horizontes luminosos, as livres estepes desertas, cuja nudez me provocava uma impressão estranha. Era também o único local de onde se podia das as costas à fortaleza, porque todos os outros pontos de trabalho se encontravam na vizinhança imediata ou no interior daquela casa sinistra. Desde os primeiros dias eu lhe tomara ódio, principalmente a algumas das suas dependências [...]. Na margem do Irtych eu podia esquecer isso tudo. E defrontando a vastidão infinita, olhava-a como o prisioneiro espia para o mundo livre, pela seteira da sua cela. Tudo ali me era querido [...]” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 154)

Em outra passagem, reflete o autor acerca da possibilidade da criação pelos detentos de animais. A compra de um cavalo de nome Gniedko, pela administração do presídio, representou para os forçados uma distração agradabilíssima. Gniedko era empregado para ajudar nos ofícios, trazendo água, levando lixos, e etc. Um belo dia, quando trazia a água da tarde, o cavalo caiu e morreu no espaço de alguns minutos. Todos lhe coraram a falta. Todos se reuniram para lhe comentar a morte. Os que haviam servido na cavalaria, os ciganos, o

veterinário e alguns outros que exibiam conhecimentos especializados a respeito da raça equina chegaram até a brigar uns com os outros¹³⁸.

“Nossos detentos tinham muita capacidade para amar animais, e se lhes fosse permitido, teriam de bom grado enchido a fortaleza de bichos domésticos e pássaros. Que outra ocupação seria mais indicada para abrandar, enobrecer o caráter depravado e brutal dos galés? Mas não lhes era permitido fazê-lo. Ne o regulamento nem o espaço o consentiam.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 164)

Outro ponto que também reflete tal crítica são os comentários do autor acerca do espetáculo de teatro realizado no presídio pelos próprios presos. Tais espetáculos eram proibidos pela administração do cárcere, todavia alguns oficiais eram tanto quanto indiferentes a tal proibição e permitiam que o evento se realizasse com as devidas precauções. Observando-se a narrativa, é notável o quanto existiam talentos desperdiçados à época. Dizia Dostoiévski, enquanto os assistia: “Quanta força, quanto talento perdido na nossa Rússia, enterrados, por uma insignificância às vezes, no fundo dos presídios ou do degredo!”.

Ainda, os maus tratos também são objeto de constante crítica. Os açoites e as vergastadas às quais os presos eram condenados consistiam em penalidades desumanas. A aplicação das execuções ao pé da letra de nada adiantavam na recuperação do detento, mas tão somente alimentavam ainda mais o ódio que detinham sobre o Estado que os punia.

“Existe um castigo para os rebeldes (é assim que raciocinam os homens do mesmo calibre que o nosso major) e com esses forçados imundos a gente deve aplicar a lei severa, impiedosamente, ao pé da letra – nada de mais, nada de menos’. Esses executores cegos não compreendem, e jamais serão capazes de compreender, que a aplicação da lei ao pé da letra, sem preocupações pelo seu espírito, leva diretamente à rebelião – e nem pode levar a outra coisa. ‘A lei o diz – que é que quer mais?’ Exclamam eles, sinceramente surpresos ante alguém que lhes peça um pouco de bom senso e sobriedade junto com a aplicação da lei. Essa última condição – sobriedade – é a que lhes parece mais supérflua e revoltante; consideram-na como um vexame, uma falta de tolerância para consigo.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 101)

Por fim, Dostoiévski reflete acerca da desinformação sobre o mundo exterior; da vida eu continua a seguir enquanto o indivíduo está encarcerado. Nos últimos tempos de presídio gozou de imunidades, por bom comportamento e por ter encontrado conhecidos entre os oficiais em serviço na cidade. Podia escrever à sua família e obter livros. Havia anos que não lia um só livro e, à guisa de conclusão, é válida a leitura do relato de sua experiência quando de um número de revista após tanto tempo encarcerado.

“Já havia anos que não lia um só livro, e seria difícil reproduzir a impressão estranha e a emoção que me causou o primeiro volume – um número de revista; lembro-me de o ter começado a ler à noite, assim que fecharam as casernas, e continuar na leitura até a madrugada. Era como um mensageiro de outro mundo, que houvesse voado até mim; minha vida de outrora erguia-se diante dos meus olhos num clarão límpido, e eu procurava adivinhar, através da leitura, se me tinha atrasado demais, se eles tinham vivido intensamente sem mim, lá no mundo. Com que se agitavam agora? Que questões debatiam? – detinha-me nas palavras lia nas entrelinhas, procurava descobrir os pensamentos secretos, as alusões ao passado; procurava os traços do que outrora perturbava e comovia os espíritos... E que tristeza me possuiu quando tive que reconhecer até que ponto estava eu alheio à vida atual! Era um membro mutilado da sociedade. Tinha que me habituar às inovações, travar conhecimento com a nova geração! Enfrontei-me especialmente num artigo assinado por um nome conhecido, o nome dum homem de quem estivera aproximado... Mas outros nomes eram famosos. Novos trabalhadores haviam ocupado os lugares antigos; apressei-me em travar conhecimento com eles, desesperando-me por ter tão poucos livros em mão, e tanta dificuldade em obtê-los.” (Dostoiévski, livro eletrônico, p. 198)

3.3) OSCAR WILDE

As principais críticas de Wilde giram em torno do abandono do Estado e da sociedade no que tange ao cárcere, bem como do estigma que o indivíduo encarcerado carrega a partir do momento em que se encontra preso. Como supracitado, o autor invoca inclusive a figura de Jesus Cristo, que tomou o mundo do que era inarticulado, o mundo silencioso da dor, como teu reino, e fez-se seu porta-voz.

“Aqueles de quem falei, que estão mudos pela opressão, e “cujo silêncio apenas é ouvido por Deus”, foram os que ele escolheu para seus irmãos. Procurou tornar-se olhos para os cegos, ouvidos para os surdos e um grito nos lábios daqueles cuja língua foi presa. O teu desejo era ser, para os milhões que não tinham voz, uma trombeta com

a qual pudessem clamar ao Céu. E sentindo, com a natureza artística de Alguém para quem a Dor e o Sofrimento eram maneiras por meio das quais poderia realizar a tua concepção do Belo, que uma ideia não tem valor enquanto não se tornar encarnada e não for uma imagem, fez de si a imagem do Homem das Dores, e, como tal, deslumbrou e dominou a Arte como nenhum grego tinha alcançado fazê-lo.” (Wilde, 2004, p. 90)

Para o autor, as normas das prisões são absolutamente condenáveis e inadequadas aos fins a que se pretendem, e é necessário dar voz aos ideais humanos para mudá-las para melhor¹³⁹. Segundo ele, é preciso ir para a prisão para conseguir compreendê-la ¹⁴⁰. Tal ação não necessariamente carece de uma interpretação literal, mas deve-se prezar por um estudo profundo das relações humanas existentes no cárcere para que seu fim último seja de fato alcançado.

“As normas da prisão são absoluta e inteiramente erradas. Daria o que preciso fosse para conseguir alterá-lo quando saísse deste lugar. Pretendo tentar. Mas não há nada no mundo que esteja tão errado quanto o espírito da Humanidade, que é o espírito do Amor, o espírito de Cristo, que não está nas Igrejas, não possa tornar, senão bom, pelo menos tolerável sem demasiada aflição no coração.” (Wilde, 2004, p. 100)

Alguns tópicos citados pelo autor são extremamente positivos nesse sentido. Seu completo isolamento em relação ao falecimento de sua mãe, sem sequer poder dela se despedir, ou a perda da guarda dos filhos em vista da condenação que o afligiu, são, segundo ele, infinita fonte de mágoas ¹⁴¹, que de forma alguma melhoram a recuperação do preso, mas somente o revoltam ainda mais com o sistema que os pune ¹⁴². São pontos que, sem dúvidas, poderiam ser evitados em vista da preservação da psique do preso em seu processo de recuperação. A ideia de que a lei decida e tome a responsabilidade de decidir que o preso não tem direito de poder estar com os seus filhos é extremamente apavorante.

139 Wilde, 2004, p. 100

140 Wilde, 2004, p. 98

141 Wilde, 2004, p. 68

142 Wilde, 2004, p. 68

Conta, ainda, o autor, a sua progressiva recuperação na medida em que recebia visitas de seus amigos e familiares. Enquanto esteve na prisão de Wandsworth, primeiro local em que ficara encarcerado, o autor ansiava à morte ¹⁴³. Era seu único desejo. Quando se flagrou melhorando em relação à sua saúde física, encheu-se de raiva; decidiu suicidar-se no dia em que saísse da prisão ¹⁴⁴. Com o tempo, a vontade de viver fora aos poucos recuperada em vista das visitas de amigos e familiares.

“Agora sinto as coisas de maneira diferente. Compreendo que seria ingrato e pouco simpático da minha parte estar com uma cara tão abatida quando os meus amigos viessem visitar-me, que os obrigasse a fazer uma cara ainda mais triste para mostrar a tua simpatia, ou, se desejasse distraí-los, convidá-los para se sentarem silenciosamente para comerem ervas amargas e carnes cozidas para recepções de funeral. Tenho de aprender a ser alegre e feliz. Nas últimas duas vezes em eu me permitiram ver meus amigos aqui, tentei estar tão alegre quanto possível, e mostrar a minha alegria de modo a agradecer-lhes a chateação de virem da cidade para me visitar. Trata-se de um agradecimento muito pequeno, sei bem, mas é, estou certo, aquele que mais lhes agrada. Estive uma hora com Robbie, fez neste sábado uma semana, e tentei dar a demonstração mais completa de eu fui capaz da alegria que sentia pelo nosso encontro. E isso, nos pontos de vista e ideias que aqui estou formando para mim mesmo, apresenta-me, estou certo, no fato de agora, pela primeira vez, sentir uma verdadeira vontade de viver.” (Wilde, 2004, p. 78)

Dessa forma, é notável a melhora considerável que a introdução de doses de Humanidade e Amor no cárcere fizeram ao autor. Em seu caso, retornaram-se a ele a vontade de continuar vivendo e os vislumbres sobre os novos desenvolvimentos na Arte e na Vida, inclusive dentro do próprio cárcere. Aspirava viver para poder explorar aquilo que se tornou para ele um novo mundo. Outrossim, é deveras perceptível o quanto os comportamentos de desprezo ao indivíduo encarcerado são extremamente prejudiciais à sua psique, bem como à sua esperada recuperação. E tais são as principais problemáticas do cárcere citadas pelo autor.

“Não há nenhuma prisão em nenhum mundo na qual o Amor não possa forçar a entrada. Se não compreenderes isto, não compreendeste definitivamente nada acerca do Amor”. (Wilde, 2004, p. 128)

143 Wilde, 2004, p. 78

144 Wilde, 2004, p. 78

4) CONCLUSÃO

Muitas vezes, a observação externa de um objeto de estudo pode levar o observador à falácias desmedidas. O cárcere é constantemente abordado pela mídia, pelos estudiosos do direito e pela sociedade em geral, e o preso ainda é sempre visto sob um viés preconceituoso, de quem não merece viver em comunhão. Neste sentido, o presente trabalho toma a iniciativa de abordar a realidade vista de dentro do cárcere, a fim de analisar a eficácia e a efetividade das medidas que são nele adotadas em prol da punição e consequente ressocialização do indivíduo condenado.

A união da disciplina jurídica à literatura, neste viés, teve o intuito de abrir o pensamento e o estudo do direito, principalmente no que tange ao cárcere, a um mundo de novas possibilidades. As obras literárias não são como os mecanismos de aprendizado do dogmáticos, que enxergam o direito, grande parte das vezes, como uma disciplina autônoma, apartada de sua existência. Nelas, ampliam-se significativamente os horizontes de sua análise, tornando-se de grande valia para os estudiosos dessa disciplina.

Neste sentido, a literatura tem muito a ensinar e a oferecer à disciplina jurídica. Da leitura atenta de todos os tópicos abordados nas três obras, é notório que o sistema carcerário apresenta problemas que estão, de fato, enraizados, comuns a todas elas. Por mais que as três pareçam deveras atuais, é mister levar-se em consideração o fato de que foram escritas há bastante tempo - *Recordações da Casa dos Mortos* em 1862, *De Profundis* em 1897, e *Memórias do Cárcere* em 1936. Neste sentido, as mudanças positivas no cárcere foram poucas levando-se em consideração a diferença de mais de sete décadas entre a mais antiga e a mais recente.

Outrossim, é notório que pouco se faz para que efetivamente logrem-se resultados positivos no cárcere até hoje, visto que tais obras parecem deveras recentes quando lidas observando-se o sistema carcerário atual. Os maus tratos, os problemas psicológicos ocasionados pelos mecanismos de opressão, as dificuldades de reinserção do preso na sociedade, dentre outras questões aqui abordadas, ainda se refletem cotidianamente nas prisões espalhadas por todo o país.

O presente trabalho procurou, também, apresentar os principais pontos a serem melhorados no cárcere sob a reflexão de cada autor. Tais criticáveis pontos vão desde o afastamento do preso das atividades que lhe dão prazer, e que o possibilitam à recuperação, ao completo abandono do Estado no que tange ao processo de reinserção do detento na sociedade. Iniciar um processo gradual de mudanças neste sentido seria uma alternativa, de fato, positiva.

Conclui-se, portanto, que é evidente a necessidade de modificações na estrutura do cárcere. Como expõe Wilde, as normas da prisão estão absoluta e inteiramente erradas¹⁴⁵, e é preciso tomar as rédeas de uma mudança positiva para que tais problemas não se perpetuem como têm perpetuado até então. Neste sentido, o campo do Direito e Literatura tem muito a oferecer ao sistema carcerário atual.

145 Wilde, 2004, p. 100

5) BIBLIOGRAFIA

Richard A. Posner, "Law and Literature: A Relation Reargued," 72 Virginia Law Review (1986)

Richard A. Posner. Law and Literature: Livro eletrônico.

ROSA, Guimarães. Grande Sertão de Veredas: livro eletrônico

CARROL, Lewis. Alice no País das Maravilhas & Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá: Livro eletrônico.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. São Paulo: Martins Fontes, 1999

STRECK, Lênio. Porque o direito precisa da literatura: programa TV e Rádio Unisinos, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4QnEWihhCL4>

RAMOS, G. Memórias do Cárcere Vol I. Ed. Record, 34ª Ed. São Paulo, SP: 1998.

WILDE, O. De Profundis. Ed. Martin Claret, São Paulo: 2004.

DOSTOIÉVSKI, F. Recordações da casa dos mortos. Ed. L&pM Pocket, Porto Alegre, RS: 2008.